



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 79ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2021**

1 Em 24 de setembro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros  
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da  
6 SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da  
7 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Marcelo Ladeira Moreira da Costa, da  
8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Jadir de Assis, da  
9 Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo  
10 Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas  
11 Gerais (Codemig); André de Lima Andrade, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
12 e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz, da Agência  
13 Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise  
14 Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais  
15 (Sindiextra); Mariana de Paula e Souza Renan, da Federação das Indústrias do  
16 Estado de Minas (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao  
17 Parque Estadual do Rio Doce; Tobias Tiago Pinto Vieira, da Associação para  
18 Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes  
19 de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da  
20 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos**  
21 **em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino  
22 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
23 declarou aberta a 79ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. Em seguida, foi  
24 feita exibição de vídeo institucional sobre a concessão da Rota Peter Lund.  
25 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, outra informação  
26 para passar para os senhores é que, em relação à consulta pública do diagnóstico  
27 ambiental, estão abertas as contribuições para o diagnóstico ambiental do Estado,  
28 o primeiro passo para a construção do Plano Anual de Fiscalização (PAF), feito  
29 desde 2012 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
30 Sustentável (SEMAD), até o dia 26 de setembro. A Superintendência de  
31 Fiscalização espera receber contribuições para melhor delimitar o cenário ambiental  
32 em Minas Gerais, caracterizando a situação do meio ambiente do território de cada  
33 Superintendência Regional de Meio Ambiente. A consulta pública visa ampliar a  
34 democratização no processo de construção do plano, o objetivo é abrir as vistas do  
35 diagnóstico às entidades do Sisema, o Sistema Estadual de Meio Ambiente –  
36 SEMAD, IEF, IGAM e FEAM –, integrantes dos órgãos colegiados – COPAM, CERH,  
37 URCs e CBHs – e sociedade civil para o complemento do referido diagnóstico.

38 Posteriormente, a Diretoria de Fiscalização da SEMAD e as Companhias de Meio  
39 Ambiente da Polícia Militar irão analisar os documentos e as contribuições da  
40 consulta pública, como subsídio para propor as ações de fiscalização. Então até dia  
41 26 agora, no domingo, estão abertas para as contribuições caso os senhores  
42 tenham interesse. Eu gostaria de dar boas-vindas aos novos conselheiros, ao André  
43 Andrade, do Ibama, e à Mariana Renan, pela Fiemg. Sejam bem-vindos. Que a  
44 atuação do senhor e da senhora seja profícua. Qualquer dúvida na condução da  
45 nossa reunião – creio que seja a primeira reunião tanto da senhora quanto do senhor  
46 –, vocês podem nos interpelar, que a gente orienta. Outro recado que eu tenho para  
47 dar para os senhores, aí eu já solicito que se manifestem caso tenham alguma  
48 objeção, é que na próxima reunião da CMI, que seria realizada em outubro, no dia  
49 29, o dia 29 vai ser ponto facultativo para o servidor público. Então a proposta é de  
50 adiantarmos, na realidade, essa reunião, para o dia 26/10/2021, que vai cair numa  
51 terça-feira, às 9h. Alguma objeção, algum destaque por parte do Conselho? Todos  
52 concordam com essa data?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Para mim não  
53 tem problema.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “De acordo,  
54 presidente.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Para mim também não tem  
55 problema, senhor presidente.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan:  
56 “Fiemg de acordo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “De acordo.” Presidente Yuri  
57 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, senhores conselheiros. Então a nossa próxima  
58 reunião fica para dia 26/10, na terça-feira, às 9h. Conforme todas as demais, será  
59 enviada a informação. Antes de passar a palavra para a Vânia, estou vendo aqui o  
60 Rodrigo Ribas. Bom retorno, Rodrigo Ribas, é um prazer tê-lo aqui conosco  
61 novamente.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Senhor presidente, é para  
62 trazer aos conselheiros que é uma grande satisfação termos colocado à disposição  
63 dos senhores conselheiros o segundo curso, agora de práticas. O primeiro foi  
64 introdutório. Agora está disponível para os senhores conselheiros a parte prática do  
65 nosso curso. Então nós solicitamos aos conselheiros que possam estar realizando  
66 esse curso. É o mesmo formato do anterior, é por módulos, e nós trouxemos uma  
67 novidade nesse curso, que é o Sistema de Licenciamento Ambiental, o SLA. Tem  
68 um módulo que é só sobre o SLA. A Nayara e o Daniel já apresentaram até em  
69 algumas unidades colegiadas. É bem didático, traz as orientações bem precisas,  
70 tem os videozinhos explicando a forma de acesso ao SLA. Ficou muito bacana,  
71 muito legal, foi preparado com muito carinho. Se alguém tiver alguma dúvida de  
72 como acessar, ele está na plataforma Trilhas do Saber. Se alguém tiver alguma  
73 dificuldade, a nossa equipe está à disposição. É o mesmo e-mail da convocação:  
74 [assoc@meioambiente.mg.gov.br](mailto:assoc@meioambiente.mg.gov.br). Nós temos também, no menu ‘COPAM’, no site,  
75 no menu de reuniões, um submenu que chama ‘capacitação dos conselheiros’. Lá  
76 também tem todas as informações sobre o primeiro e sobre o segundo curso, e nós  
77 esperamos que agora seja contínuo. Nós já estamos trabalhando as temáticas por  
78 unidade colegiada e em breve vamos ter mais informações e mais surpresas para  
79 os conselheiros. Reforçando a importância desse curso para estarmos aprimorando,  
80 para estarmos sempre em dia com os nossos conhecimentos em relação ao

81 regramento do Conselho Estadual de Política Ambiental.” **3) COMUNICADOS DOS**  
82 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Denise Bernardes Couto:  
83 “Falar da satisfação de ter o Rodrigo de volta. Pelo Sindixtra, nós estamos muito  
84 satisfeitos em ter você de volta, Rodrigo, e eu também pessoalmente. Você é uma  
85 pessoa espetacular, um excelente técnico e fez tanta falta aqui para nós. Não que o  
86 Breno não tenha suprido. Mas você fez tanta falta aqui, e ficamos muito felizes  
87 porque você está bem e está conosco de volta. Eu estou feliz demais por te ver de  
88 volta, muito mesmo.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Hoje a minha  
89 consideração aqui é dar também as boas-vindas para o Rodrigo, mas também quero  
90 passar uma situação aqui que eu falei na CNR, e acho que é importante falar sobre  
91 isso. Já tem algum tempo – não sei se vocês conselheiros da CMI viram essa  
92 discussão – que nós do Movimento Verde, assim como outras instituições, estamos  
93 falando um pouco sobre a destinação de recursos da compensação ambiental,  
94 compensação essa que muitas vezes é aplicada sobre os empreendedores, e esses  
95 empreendedores não veem retorno. Por que eu digo isso? Nós sabemos, eu moro  
96 em Paracatu e não sei se vocês sabem: Paracatu é uma cidade de agronegócio,  
97 mineração, tem muitas atividades impactantes aqui, e em muitas delas incide a  
98 compensação ambiental. Esse recurso, no fritar dos ovos, cai no caixa único do  
99 Estado, e sabemos muito bem que esse recurso não é destinado às unidades de  
100 conservação da bacia, como por exemplo aqui em Paracatu. E já há algum tempo  
101 eu venho falando que a única solução para que esse recurso da compensação seja,  
102 de fato, aplicado onde precisa talvez a solução seja via um fundo estadual de meio  
103 ambiente, que nós ainda não temos em Minas Gerais. E aí eu já estou tentando  
104 fazer há algum tempo articulação com alguns conselheiros, talvez tem conselheiro  
105 que tem contato com deputado na Assembleia Legislativa. E precisamos de apoio  
106 para criar esse fundo de meio ambiente. Por quê? Em exemplo ao episódio da  
107 semana passada, o fogo adentrou a um empreendimento na zona de amortecimento  
108 do Parque de Paracatu, esse empreendimento é classe 5, em que incidiu  
109 compensação ambiental de R\$ 190 mil, e mesmo assim, durante o incêndio, o  
110 incêndio queimou 500 hectares, sendo muitas áreas de reserva, muitas áreas de  
111 APP, e quem teve que acudir o fogo e gastar dinheiro do bolso para apagar o  
112 incêndio foi o próprio produtor rural, que já tinha pago compensação ambiental e  
113 não teve nada em troca. O IEF, infelizmente, não teve estrutura suficiente para ir  
114 acudir o fogo e confronta diretamente com o Parque Estadual nesse  
115 empreendimento. Se não fosse o empreendedor ter uma vida financeira saudável,  
116 muito provavelmente que o fogo tinha até entrado dentro do parque e criado um  
117 problema muito maior. Então dentro desse exemplo vemos que realmente os  
118 recursos não chegam aonde precisa. Paracatu é um lugar esquecido dentro da  
119 Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O Parque Estadual aqui está criado. Quando  
120 vemos programas de educação ambiental, programa de turismo, programa de  
121 implemento... Recentemente, foi propagandeado um vídeo do Previncêndio, e não  
122 se tem notícia de nada disso sendo aplicado aqui no Parque de Paracatu. Então é  
123 meio que o lugar é esquecido. O parque existe, as compensações ambientais saem

124 daqui e vão para não sei aonde, e episódios como esse de fogo acontecem  
125 repetidamente. Então com o intuito de sanar isso e propor uma ação eu quero  
126 convocar: eu sei que aqui tem conselheiros muito importante, pessoal que tem, sim,  
127 condição de nos ajudar nessa articulação na Assembleia Legislativa, para que a  
128 criemos, sim, o Fundo Estadual de Meio Ambiente, para dois recursos,  
129 principalmente, fiquem nesse fundo. Primeiro é o recurso da cobrança pelo uso de  
130 água que está chegando e vai ser aplicado goela abaixo de todo mundo. E esse  
131 recurso vai cair no caixa único do Estado, e o governador vai fazer o que ele quiser.  
132 E segundo o recurso da compensação ambiental. A compensação minerária, com  
133 certeza, tem a sua destinação um pouco mais direcional, mas na compensação  
134 ambiental ainda não acontece isso. Em abril do ano passado – já tem mais de um  
135 ano –, o Comitê do Paracatu enviou uma correspondência à Gerência de  
136 Compensação Ambiental perguntando quanto de recurso foi cobrado em Paracatu,  
137 na Bacia do Rio Paracatu, de compensação ambiental, desde a aplicação da lei. E  
138 o que foi respondido? Nada, ninguém respondeu, ninguém sabe dizer quanto que  
139 gastou, ninguém sabe dizer quanto que recebeu. E aí a população fica sendo  
140 lesada. Eu fui conversei pessoalmente com esse empreendedor do episódio que eu  
141 contei para vocês, e ele está se sentindo lesado porque ele é cobrado demais,  
142 porque está na zona de amortecimento do parque; ele paga suas obrigações,  
143 cumpre com todas as suas obrigações, pagou a compensação ambiental e mesmo  
144 assim não tem nada em troca do Estado. Aqui em Paracatu a prefeitura não tem  
145 estrutura para ajudar no Previncêndio, o IEF da mesma forma. Os Bombeiros têm  
146 duas viaturas aqui, que têm que atender o município inteiro. Então esse  
147 empreendedor está se sentindo lesado, e eu acho que isso se repete ao longo do  
148 Estado. E com o intuito de sanar esse problema nós precisamos do fundo, para que,  
149 com o Fundo de Meio Ambiente Estadual, consigamos instituições como a  
150 ProMutuca, como o Movimento Verde, para que possamos pleitear montar uma  
151 brigada de incêndio decente para os meses de julho, agosto, setembro e outubro.  
152 Se você vier a Paracatu, vai ver uma cidade cinza, cheia de fumaça, com um pôr do  
153 sol vermelho. Algumas pessoas acham bonito, mas é o Cerrado que sangra, a  
154 verdade é essa. Então buscando criticar, mas também propor medidas para resolver  
155 o problema, eu peço ajuda dos demais conselheiros que tenham porventura algum  
156 contato para que evoluamos essa discussão e busquemos o Fundo Estadual de  
157 Meio Ambiente para que possamos destinar o recurso como realmente precisa.  
158 Conto com a ajuda de todo mundo, se alguém puder ajudar, nós estamos à  
159 disposição e precisamos da ajuda de vocês.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
160 Nunes de Lima: “Bom dia a todos, especialmente ao nosso querido Rodrigo,  
161 retornando depois dessa viagem longa que fez, mas graças a Deus voltou com muita  
162 saúde. Isso é que nós queremos para você, muita paz, muita saúde, muita  
163 disposição para o trabalho. Você é muito importante para nós. As próprias palavras  
164 da Denise demonstraram isso. Presidente, a minha proposição é de unir, juntamente  
165 com o Tobias, essa colocação relacionada com aplicações adequadas para o Fundo  
166 de Meio Ambiente. Tobias, eu quero colocar a Sociedade Mineira de Engenheiros à

167 disposição. Isso já estava na nossa agenda de estudos e eventos que devemos  
168 começar agora com algumas reuniões presenciais na Sociedade. Através da nossa  
169 presidente Virgínia Campos, nós já estamos organizando esse tipo de agenda. E eu  
170 gostaria, inclusive, de contar com a sua presença. Então eu afianço o nosso  
171 interesse de realmente poder contribuir com esse tipo de trabalho. Porque eu vejo  
172 também a importância disso, a importância de fazer com que haja uma adequação  
173 para aplicação desses recursos. Já é de longa data que vemos, muitas vezes, esses  
174 recursos sendo transferidos para outras funções, mas eu vejo que ele deve ficar na  
175 área ambiental, que deve ficar na área de conservação. E ainda mais eu que sou  
176 membro também – já tinha avisado isso aos caros colegas conselheiros – da  
177 Biodiversitas, conselheiro, representando o nosso tão querido professor Ângelo, que  
178 se foi. Eu assumi a cadeira do professor Ângelo Machado na Biodiversitas. Então  
179 isso é muito importante para nós. A Biodiversitas também, Tobias, ficaria à  
180 disposição para isso, nós estamos juntando forças, e eu vejo que podemos contribuir  
181 muito para esse tipo de tema importantíssimo em toda a política ambiental do  
182 Estado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Depois eu até sugiro, Tobias,  
183 não precisa ser nesta reunião, mas em outra, que proponha uma moção dirigida  
184 mesmo ao poder público, ao governador, para atuar e fazer esse fundo.” Rodrigo  
185 Ribas/Suppri/SEMAD: “Yuri, muito obrigado pelas boas-vindas, primeiro a você, que  
186 registrou aqui e registrou na última reunião que eu estava te atazanando pelo  
187 WhatsApp também. Muito feliz de voltar, muito feliz de poder estar aqui com vocês.  
188 Agradecer a todos os conselheiros e, nominalmente, à Denise, ao Orsini e ao  
189 Tobias, pela gentileza de me dar as boas-vindas, de ficar satisfeitos de me ver aqui.  
190 E agradecer a todos pelas orações, pela torcida, pelo pensamento positivo, pelo  
191 despacho feito na sexta-feira, enfim, aquilo em que as pessoas têm fé e que elas  
192 em algum momento, um minutinho que seja, dedicaram ao meu retorno. Deu certo.  
193 Estou aqui, vou continuar aqui atazanando vocês, vou continuar aqui discordando  
194 de vocês em muita coisa, concordando em outras. Enfim, é isso, eu queria  
195 agradecer. E ao Orsini, especialmente, agora que nos disse que está na Fundação  
196 Biodiversitas. Muito feliz por isso, Orsini, eu fui estagiário na Fundação Biodiversitas  
197 no início dos anos 90. Eu tinha como presidente o Ângelo Machado e como vice-  
198 presidente o Ilmar Bastos, então você imagina como que era a Fundação  
199 Biodiversitas, a alegria que era ter aquelas pessoas à frente da Biodiversitas  
200 naquele tempo. Além, é claro, da competência de todo mundo na fundação. Eu  
201 nunca vi tanta gente boa de serviço num lugar só. Além disso, a alegria da gestão  
202 de duas pessoas que foram sensacionais no meio ambiente. Então parabéns, Orsini,  
203 e muito obrigado a todos. E eu vou continuar aqui, nós temos processo na pauta  
204 hoje.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós que agradecemos o retorno,  
205 Rodrigo.” **4) EXAME DA ATA DA 78ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata  
206 da 78ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 27 de agosto de  
207 2021, com as seguintes alterações: – Linhas 53 e 54, onde está escrito “e da perda  
208 de emprego”, substituir por “que provocou a perda de emprego”; – Linha 59, onde  
209 está escrito “e nenhum controle”, leia-se “e sem nenhum controle”; onde está escrito

210 “de entrada”, leia-se “de acesso na estrada”; – Linha 73, substituir a expressão “nas  
 211 estradas em que está sendo prevista a construção” por “nas estradas que margeiam  
 212 o parque”; – Linha 433, substituir a palavra “sabe” por “saber”. Votos favoráveis:  
 213 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos,  
 214 ProMutuca, SME e Abes. **5) AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**  
 215 **VINCULADA A LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ACESSO À INFORMAÇÃO.**  
 216 **Apresentação: Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental**  
 217 **(Suram/SEMAD).** Luana de Oliveira Barros Cruz, da SEMAD, fez apresentação  
 218 sobre acesso à informação no que diz respeito a autorização para intervenção  
 219 ambiental vinculada a licenciamento ambiental. O conteúdo da exposição foi  
 220 disponibilizado no site da SEMAD. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
 221 **EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 6.1) Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Barragem**  
 222 **de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração. Tapira/MG. PA**  
 223 **00001/1988/032/2017, ANM 903.785/1988. Classe 6. Apresentação: Supram**  
 224 **Triângulo Mineiro.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do Mover e vista  
 225 conjunta de Sindiextra, Fiemg e SME. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu  
 226 vou pedir vista do processo para que possa verificar melhor a instrução do processo,  
 227 já que é um alteamento de barragem já existente e identificamos que temos algumas  
 228 fragilidades, e eu preciso analisar todos os processos anteriores, portanto, preciso  
 229 de um prazo maior.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Vista para poder avaliar  
 230 as condicionantes do processo.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan:  
 231 “Vista para análise de estabelecimento de condicionantes no PU.” Conselheiro  
 232 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu vou pedir vista no sentido de conhecer  
 233 um pouquinho melhor o projeto de alteamento, apesar de já termos condição de  
 234 avaliar o estudo do pessoal do Triângulo. E verifiquei que o alteamento é até  
 235 pequeno, e tem um critério muito interessante de alteamento chamado alteamento  
 236 de linha de centro. Isso, de certa forma, dá uma certa segurança favorável a esse  
 237 tipo de alteamento. Quando se fala em alteamento de barragem, realmente, cria-se  
 238 esse problema. Mas eu peço vista para poder contribuir e conhecer um pouquinho  
 239 mais a questão do projeto de engenharia.” Conselheiro André de Lima Andrade. “Eu  
 240 queria fazer um destaque. Já que vários pediram vista, eu imagino que esse  
 241 processo vai passar por uma avaliação bem robusta e criteriosa. O meu destaque e  
 242 comentário que faço é que eu senti uma ausência no parecer, pelo menos do  
 243 pessoal do Estado, da Supram, da discussão de alternativas tecnológicas,  
 244 principalmente, para o alteamento da barragem. Porque é um pré-requisito tanto do  
 245 estudo de impacto ambiental quanto da Lei da Mata Atlântica. Só podemos autorizar  
 246 a supressão da vegetação nessas características se comprovada a inexistência de  
 247 alternativa técnica e locacional. Locacional eu acredito que realmente não tenha,  
 248 porque é um empreendimento já existente. Agora, alternativa técnica, aí já estamos  
 249 sabendo, com a evolução da mineração, que tem várias alternativas à disposição  
 250 em barragem de rejeito. E é um item que não foi contemplado no parecer da Supram  
 251 Triângulo. Então eu queria que, quando voltasse esse processo, esse tema fosse  
 252 abordado pelo Estado, se possível. Eu imagino que tenha sido abordado no EIA.

253 Confesso que não li o estudo de impacto ambiental. Mas acho que seria importante  
 254 que essa análise fosse feita pelos técnicos do Estado para que, inclusive, tenhamos  
 255 mais segurança na hora de votar na próxima reunião.” Presidente Yuri Rafael de  
 256 Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Só salientando que o destaque do senhor é  
 257 importante. O processo não é discutido nesta pauta. Com pedido de vista, ele sai, e  
 258 nós não o discutimos. Mas fica registrado o destaque do senhor para que na próxima  
 259 reunião a equipe do Triângulo possa trazer essas informações. O pessoal do  
 260 Triângulo até solicitou para fazer um destaque aqui, porque aí os senhores que  
 261 pediram vista já pegam o processo redondo.” Conselheiro José Angelo Paganini:  
 262 “Eu queria só reforçar o que o André disse. Um dos meus questionamentos seria  
 263 justamente a existência de tecnologias para dispor o rejeito a seco, por qual o motivo  
 264 que a empresa está insistindo em fazer alteamento de barragem. Eu precisava de  
 265 mais informações a esse respeito.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.  
 266 Fica o registro. Então na próxima reunião a equipe do Triângulo faz as suas  
 267 ponderações. Eu passo para a equipe do Triângulo para o destaque que eles  
 268 solicitaram nesse ponto.” Anderson Mendonça Sena/Supram Triângulo Mineiro:  
 269 “Tem umas correções a serem feitas no parecer. Já encaminhamos para a Vânia,  
 270 pedir para ela colocar na tela. Primeiro, na página 5, por favor. Antecipadamente,  
 271 eu também já queria explicar essas correções. O processo é de 2017, e esse  
 272 parecer começou a ser elaborado, logo após a vistoria, em 2018. E no decorrer da  
 273 análise o empreendedor fez uma alteração no projeto, e acabou que esses números  
 274 que vamos corrigir são referentes ao projeto anterior. Então estamos corrigindo para  
 275 colocar as condições do projeto atual, que é o que foi analisado por último. Então  
 276 na página 5 a cota final é 1.230 m, em vez de 1.225. Página 10, também toda a  
 277 parte de autorização para intervenção ambiental foi alterada no projeto, então  
 278 seguem essas alterações. Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa  
 279 em APP em 3,362 ha; intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em  
 280 APP em 0,6014 ha; supressão de cobertura vegetal nativa, 9,6955 ha de Floresta  
 281 Estacional Semidecidual. Também tirar esse final desse parágrafo, que no início do  
 282 processo tinha um fragmento que o empreendedor considerava como Cerradão,  
 283 nesse projeto anterior, e nós verificamos que se tratava de Floresta Estacional, na  
 284 transição, na verdade. E quando ele reviu o projeto ele já apresentou tudo como  
 285 Floresta Estacional. No final da página 11, as mesmas correções, alteração das  
 286 áreas. O que ficou no parecer são as áreas do projeto antigo. Então essas correções  
 287 de áreas de intervenção. E só constar que o quadro que está na página 10 é o  
 288 projeto atual, que corresponde a essas correções.” Presidente Yuri Rafael de  
 289 Oliveira Trovão: “Feitas as correções, nós iremos alterar o parecer no site, e aí os  
 290 senhores terão o parecer corrigido, atual, disponibilizado.” **7) PROCESSO**  
 291 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM**  
 292 **LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 7.1) Sandra Mineração. Mina da Limeira. Lavra a**  
 293 **céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de**  
 294 **revestimento; estradas para transporte de minério/estéril externa aos limites**  
 295 **de empreendimentos minerários; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM)**

296 **com tratamento a seco. Prudente de Moraes/MG. PA/SLA 4498/2020, ANM**  
 297 **814.029/1968. Intervenção Ambiental vinculada ao Processo SEI**  
 298 **1370.01.0039271/2020-69. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, III,**  
 299 **alínea b). Apresentação: Suppri. Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD:**  
 300 “Já peço de antemão pelos erros materiais que vou apresentar aqui. Na página 1, o  
 301 CNPJ do empreendedor, nós colocamos o do empreendimento nas duas caixinhas,  
 302 e eu pedi para consertar o CNPJ. Também na página 1 faltou o Masp de uma das  
 303 nossas analistas, que eu já enviei para a Vânia. A tabela de ART na página 2  
 304 também ficou faltando, a tabela completa. Na página 5, nós citamos essas  
 305 atividades, porque conferimos se o empreendimento se enquadra nesse tipo de  
 306 atividade, porém foi verificado que o empreendimento não se enquadra para  
 307 regularização dessas atividades. Então foi no parecer, mas na verdade essas  
 308 atividades deveriam ter sido retiradas, porque já conferimos que não se enquadra.  
 309 Na página 60, nós fazemos a discussão sobre área de influência de cavidade,  
 310 elaboramos um mapa, que acabamos esquecendo de colocar ilustrando a nova cota  
 311 para a área de influência. Então nesse destaque eu coloco o mapa correto,  
 312 demonstrando como que é a nova delimitação da área de influência. Na página 115,  
 313 nós colocamos que ‘foi apresentada uma proposta de medida compensatória por  
 314 meio do plantio da proporção 50 por 1’. Na verdade, a proporção foi de 10 para 1.  
 315 Onde se lê ‘50 para 1,’ é de ‘10 para 1’, que foi avaliada neste parecer. Nas  
 316 informações gerais, tem um quadro de intervenção, e o parecer foi enviado para  
 317 vocês com as mesmas informações que estão no corpo do parecer, porém temos  
 318 que destrinchar nessas tabelas. Então as novas tabelas têm o quantitativo da  
 319 intervenção detalhado, mas que foi discutido no corpo do parecer. Não alterou  
 320 nenhum quantitativo. Na página 174 ficou faltando citar o Anexo III, com as  
 321 coordenadas das áreas de influência. E eu queria acrescentar aqui, que verificamos  
 322 por último, na página 170, na condicionante 29, que descrevemos assim:  
 323 ‘Apresentar os resultados dos testes de vazão de bombeamento no centro das  
 324 dolinas em dois períodos secos’. Essa descrição foi antes de verificarmos que lá no  
 325 empreendimento já existe nas dolinas uma captação de água feita pela fazenda.  
 326 Então nós queríamos aproveitar esse poço que já está lá e que não está sendo  
 327 utilizado atualmente como forma de medição do nível estático. Então a nova  
 328 condicionante ficaria: ‘Apresentar os resultados de medição de nível estático no  
 329 poço de captação de dolina já existente, utilizado no passado pela Fazenda  
 330 Escrivania como captação de água.’ E colocamos as coordenadas. ‘O  
 331 empreendedor se compromete, após as medições, implantar a laje sanitária, vedar  
 332 e fechar o ponto de monitoramento e fazer medição em dois períodos secos dessa  
 333 dolina.’ Também na condicionante 30 verificamos que colocamos assim: ‘Comprovar  
 334 a implantação de ponto de recolhimento de resíduos sólidos na entrada do  
 335 empreendimento, no acesso a partir da estrada MG 424’. Na verdade, a rodovia que  
 336 dá acesso ao empreendimento é a AMG-105. Então foi uma confusão que  
 337 aconteceu e que estamos corrigindo. É a AMG-105 a rodovia. E da condicionante  
 338 29 eu vou mandar para vocês a redação.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Só para



339 completar, todas as alterações, com exceção dessas condicionantes, já até foram  
340 encaminhadas. Dessas duas que nós vimos por último, vamos encaminhar hoje  
341 ainda, o parecer vai estar hoje ainda disponível todo certinho para os conselheiros.”  
342 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Qualquer coisa, colocamos as  
343 alterações das condicionantes em votação apertada, se houver necessidade.”  
344 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu fiquei um pouco confuso com esse tanto  
345 de alteração, e me preocupam um pouco essas retificações nos pareceres de última  
346 hora assim com esse número de alterações, retirando até algumas atividades. Tudo  
347 bem, atividades simplórias, mas pergunto se não tem algum problema processual  
348 aí, presidente, sobre esse volume de alteração. Além disso, eu identifiquei que nós  
349 temos oportunidade de melhorias nas condicionantes 13, 14 e 15 e talvez, em  
350 confronto à condicionante 16, fazer uma argumentação. Se vocês puderem colocar  
351 na tela, por favor, as condicionantes, fica mais fácil para discutirmos. As  
352 condicionantes 13 e 14 são as condicionantes de compensação ambiental e  
353 florestal. Obviamente que essas condicionantes são padrões, mas ainda vale a pena  
354 nós tentarmos buscar aquela padronização, que é falando: ‘Protocolar perante a  
355 Gerência de Compensação Ambiental processo...’ E aí as condicionantes 13 e 14  
356 uma é de compensação ambiental e a outra de compensação florestal. Na 13 cita a  
357 Gerência de Compensação Ambiental para fazer a compensação florestal. Eu não  
358 sei se está muito correto isso, aí eu pergunto mesmo à equipe técnica. Na  
359 condicionante 15, eles falam ‘firmar o termo de compromisso de compensação  
360 florestal com a SEMAD dentro de 60 dias’. Esse prazo me preocupa um pouco,  
361 talvez tenhamos que mudar a redação para: ‘Protocolar proposta de compensação  
362 florestal, junto à SEMAD, das espécies protegidas dentro de 60 dias.’ Eu acho que  
363 fazer o protocolo faz mais sentido do que assinar o tempo, que sabemos que muitas  
364 vezes esse termo não é atingido. E na condicionante 16 eles falam sobre as  
365 cavidades: ‘Não realizar nenhum tipo de atividade nas áreas de influência das  
366 cavidades de máxima relevância.’ Eu já sugiro nós alterarmos essa condicionante  
367 para: ‘Realizar o monitoramento das cavidades do entorno do empreendimento, da  
368 área diretamente afetada do empreendimento, para atestar a não influência do  
369 empreendimento nas mesmas.’ Durante a vigência da licença, fazer esse  
370 monitoramento. Talvez faça mais sentido propormos o monitoramento do que  
371 colocar uma regra que, em tese, ele já tem que cumprir. Ele não pode fazer  
372 intervenção nas áreas de cavidades.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
373 Lima: “Primeiramente, eu queria parabenizar o pessoal da Suppri, na pessoa da  
374 Laura, e do Rodrigo também, porque é um relatório robusto, um parecer  
375 extremamente detalhado, quase uma antologia da história da mineração de calcário  
376 naquela região de Prudente de Moraes. Prudente de Moraes é um município que  
377 precisa de investimento. E eu vejo também que esse empreendimento da Sandra  
378 Mineração, que é um empreendimento novo, é muito importante para dar sequência  
379 ao processo da indústria de calcário, da indústria de cimento, da indústria de cal  
380 naquela região. Eu temo muito, já falei isso aqui em reuniões anteriores, talvez há  
381 mais de ano, da necessidade de nós trabalharmos dentro de uma visão prospectiva

382 da região cárstica de Minas Gerais, principalmente essa região que vem de  
383 Vespasiano, Pedro Leopoldo, Matozinhos e Prudente de Moraes, chegando até,  
384 quase esbarrando, em Sete Lagoas. Então eu vejo a necessidade, até mesmo  
385 porque o nosso governador apresentou um fato muito interessante que foi a questão  
386 desse novo processo de administração de unidades de conservação em regiões  
387 cársticas, que é o Projeto Lund, que é muito interessante. Ele faz uma parelha muito  
388 grande com a necessidade de um estudo mais abrangente de vinculação da  
389 espeleologia na região. Nós temos hoje problemas sérios. Tivemos aqui problemas  
390 com alguns estudos que foram aqui de dificuldades de expansão de áreas de lavra  
391 de calcário em função de alguns aspectos de espeleologia citados aí. Então eu  
392 queria conclamar aos nossos companheiros, inclusive os representantes da Sede,  
393 Dr. Marcelo, da necessidade de fazermos um estudo maior, um estudo que faça  
394 com que tenhamos cada vez mais a nossa indústria de cimento bem estruturada na  
395 região. Então o caso da Sandra Mineração é um caso de início de uma operação  
396 minerária, conservando todos os aspectos de sustentabilidade – está muito bem  
397 colocado – e conclamando o governo, conclamando os colegas para que não  
398 percamos essa importante área de indústria do cimento em Minas Gerais,  
399 importante para o nosso desenvolvimento econômico. Então eu queria aproveitar a  
400 oportunidade que nós estamos avaliando o caso de uma mineração nova, concebida  
401 com todos os critérios, e fazer com que não nos esqueçamos do global. E um estudo  
402 mais abrangente da região seria muito importante, até mesmo calcado na  
403 conservação de áreas importantes de cavernas que nós temos na região, uma  
404 preciosidade. Então é isso, presidente, que eu queria deixar colocado na minha  
405 palavra.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Senhor presidente, não é um  
406 questionamento, mas eu gostaria que nessa condicionante 26 fosse um pouco  
407 melhor explicado. Já que não sou biólogo, então eu não consegui entender,  
408 principalmente quando fala de imprensa, de jornal. Eu gostaria só de entender mais,  
409 gostaria de ver o porquê dessa redação, que eu achei meio complexa. Não é  
410 questionamento, é só questão de entendimento.” Andrea Vilela/Sandra Mineração:  
411 “Eu queria agradecer aos senhores e ressaltar a importância desse empreendimento  
412 para a região, para o Estado de Minas Gerais. O calcário está altamente  
413 demandado, a argila, por conta desse crescimento da construção civil que estamos  
414 vendo em todo o país. Então eu gostaria de contar com a posição dos senhores,  
415 favoravelmente, à aprovação desse projeto, que é de suma importância. Muito  
416 obrigada, e qualquer dúvida estou à disposição.” Leonardo Pittella/Virtual  
417 Engenharia Ambiental: “O meu intuito era pedir a retificação da condicionante 30 e  
418 a alteração da condicionante 29, providências dessas que a equipe da Suppri já  
419 tomou no destaque que fez, de forma que eu não tenho mais nada a acrescentar.”  
420 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, então o senhor já está de acordo  
421 com as alterações que foram propostas pela Suppri. Não é isso?” Leonardo  
422 Pittella/Sandra Mineração: “Sim, estou de acordo.” Edson Braga/Sandra Mineração:  
423 “Primeiramente, muita situação, Rodrigo Ribas, de ver você bem, sorridente.  
424 Momentos difíceis que você passou. Ficamos aqui com as nossas orações, temos

425 que essa doença tem seus altos e baixos e não está só na nossa mão, está na mão  
426 de Deus essa recuperação. Fico muito feliz mesmo com essa recuperação sua, e a  
427 nossa torcida continua com você, Ribas. Agradecer a Suppri pela transparência e a  
428 lisura da condução dos processos. A Suppri sempre sentou com todos os nossos  
429 técnicos, dirimiou todas as dúvidas. Eu acho que é esse o papel do Estado, de sempre  
430 ter o diálogo também, não só a imposição. Então registrar aqui, em nome da Sandra  
431 Mineração, que houve sempre a conversa com o empreendedor no intuito de  
432 tirarmos e sanarmos qualquer dúvida para termos um parecer, como muito bem dito  
433 pelo conselheiro, robusto, um parecer transparente e abordando todos os temas. E  
434 com isso só o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável que saem ganhando.  
435 Então como assessor jurídico de meio ambiente eu me coloco à disposição. Eu só  
436 queria colocar um ponto importante que está abordado no parecer, que esse  
437 empreendimento já foi, Orsini, objeto de operação no passado, já foi objeto de  
438 Licença de Operação, já foi licenciado. Mas, por erro da consultoria técnica, ela não  
439 respondeu a informações complementares hábeis à época e nem participou do  
440 COPAM. Inclusive, as atas antigas, acho que eram da CID, salvo engano, ou da  
441 CPI, a sigla antiga à época. Nós somos um pouquinho mais velhos de atuação no  
442 COPAM, na SEMAD, que os próprios conselheiros tentaram, de uma forma ou de  
443 outra, ver se achavam uma alternativa. Mas, infelizmente, juridicamente, como o  
444 empreendedor, via sua consultoria técnica, não tinha atendido os prazos e nem  
445 compareceu ao COPAM, e não tinha mais nada a ser feito, procedimentalmente. Só  
446 para trazer essa tranquilidade para os conselheiros. Não restou nada para a Sandra  
447 além de ter que refazer todo um EIA/Rima de novo. O EIA/Rima é um estudo  
448 complexo, com análise toda novamente, tivemos que atualizar todos os estudos.  
449 Então voltamos aqui com um novo processo, o empreendimento já foi licenciado. Eu  
450 acho que é importante passar isso para os senhores como um histórico do que vimos  
451 discutindo. E me coloco à disposição para qualquer dúvida que for pertinente e  
452 desejo uma boa reunião a todos.” Carlos Frederico Souza Lott/Observatório  
453 Espeleológico: “Eu estou em nome do Observatório Espeleológico, uma associação  
454 civil, um instituto que fomenta a espeleologia, e nós tivemos acesso à pauta da  
455 Câmara, na quarta-feira, então confesso que não tive tempo de ler os estudos, mas  
456 tenho muita confiança nos estudos, porque conheço boa parte da equipe que fez os  
457 estudos no que tange a espeleologia. Mas eu gostaria de trazer para discussão,  
458 para esta Câmara, uma preocupação que nós do Observatório já temos. Inclusive,  
459 escrevemos uma matéria no jornal da Sociedade Brasileira de Espeleologia,  
460 informativo de nº 414, acerca do Decreto 48.063, que revogou áreas de proteção  
461 prioritária em áreas prioritárias para criação de unidade de conservação do Sistema  
462 de Áreas Protegidas do Vetor Norte. Dessas áreas – foram seis áreas – que eram  
463 previstas para criação, uma delas era Escrivânia. Eu sei que em 2009 teve um  
464 estudo grande para definir essas áreas, eu até participei de algum deles, que era o  
465 Decreto 45.097. Ele foi revogado. E tinha uma Resolução Conjunta SEMAD/Sedru  
466 nº 2, que previa essas áreas. Eram seis áreas, entre elas a Escrivânia. Esses  
467 documentos, pesquisas na área, desde 98, quando teve o Projeto Vida, passando

468 por 2009, todas apontam para alguns conjuntos espeleológicos de importância  
 469 significativa para a preservação do patrimônio na APA Carste. Como eu disse, não  
 470 tinha acesso aos estudos, tenho grande segurança nos profissionais que  
 471 participaram deles, mas gostaria de saber o seguinte. Se é de ciência desta Câmara  
 472 e se foram considerados os estudos que definiram essas áreas como de importância  
 473 prioritária e se, principalmente, esse decreto de 2020, se tiveram acesso aos  
 474 estudos. Porque nós do Observatório tentamos ter acesso a esses estudos e não  
 475 tivemos. Os estudos que foram feitos para dar segurança no decreto tirando essas  
 476 áreas, que são Escrivânia, Poções, Maciço do Baú, Veredas, Confins e Planalto das  
 477 Dolinas, que seriam as áreas prioritárias. Se esta Câmara Técnica e a equipe do  
 478 estudo tiveram acesso a esse documento que mudava essa condição de área  
 479 prioritária. E por que estou trazendo isso? Porque eu acho que seria importante, eu  
 480 conversei com alguns atores da espeleologia, inclusive, gente que participou do  
 481 Projeto Vida, de 98, e muito pouca gente da comunidade espeleológica está  
 482 sabendo, os que tive acesso. Sei que o processo está adiantado, já à beira de uma  
 483 votação, mas gostaria de sugerir que fosse considerada essa questão, porque ali é  
 484 uma área que já foi considerada como de interesse para criação de unidade de  
 485 conservação. Não obstante o estudo de licenciamento, que estuda as cavidades  
 486 como unidades na paisagem, mas quando se pensa na unidade de conservação,  
 487 igual já foi pensado – e tem documentos que pensaram nisso –, se está pensando  
 488 em um conjunto como um todo. Então eu acho que seria importante, se essa  
 489 discussão já não foi trazida para os estudos e aqui para esta Câmara Técnica, trazer,  
 490 talvez convidar mais pessoas envolvidas na atuação no carste de Lagoa Santa. Era  
 491 isso, a minha dúvida principal é essa. A Câmara Técnica e a equipe do estudo têm  
 492 ciência dessa qualificação que já foi dada para essa área, que era de interesse para  
 493 criação de unidade de conservação, e se tiveram acesso ao estudo técnico que tirou  
 494 dessa condição. Eu queria saber se isso foi considerado. E, se não foi, que seja  
 495 incorporado aos estudos e à discussão da Câmara Técnica.” Roberto  
 496 Cassimiro/Sociedade Brasileira de Espeleologia: “Eu considero que os  
 497 apontamentos do Sr. Orsini são fundamentais para o patrimônio espeleológico e  
 498 também arqueológico e destaco as observações e preocupações do colega do  
 499 Observatório Espeleológico, Fred Lott.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha  
 500 Coutinho: “Yuri, eu posso até estar enganada, mas acho que foram feitos inúmeros  
 501 questionamentos técnicos que a empresa se furtou de elucidar, e eu acho que é  
 502 este o momento para ela colocar. Acredito totalmente na capacidade da equipe  
 503 técnica da SEMAD para explicar os questionamentos que foram feitos pelos  
 504 conselheiros, mas eu não acho essa tática de repassar e falar que ‘estamos aqui  
 505 para responder dúvidas técnicas’. Diante de dúvidas técnicas, esperamos ela ser  
 506 chamada novamente para expor, porque este é o morrendo para a empresa falar,  
 507 ela tem que ter ciência de que se ela não for, por algum conselheiro, instada a falar  
 508 novamente, ela não vai ter voz. Então eu acho importante eles se posicionarem.  
 509 Fica aí como uma dica para os próximos processos que vão vir à pauta.” Presidente  
 510 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu concordo com a Verônica no sentido da

511 manifestação, e eu sempre falo isso nas nossas reuniões, que o momento da  
512 inscrição do interessado, lembrando que o interessado só fala uma única vez, desde  
513 que inscrito em livro próprio antes do início da reunião. E eu chamo o inscrito pela  
514 segunda vez caso haja uma questão pontual perquirida pelo conselheiro para sanar  
515 uma dúvida, até mesmo porque eu entendo que o maior interessado em defender o  
516 seu processo tem que ser realmente o empreendedor. E a equipe apenas se  
517 manifesta quanto ao parecer. Houve algumas ponderações pelo Sr. Carlos  
518 Frederico, que também foi ratificada por um outro inscrito, só que foram até posterior  
519 ao pessoal da empresa que falou sobre espeleologia. Antes de passar para a  
520 equipe, eu vou voltar ao questionamento do Carlos Frederico Lott, vou passar para  
521 a empresa para ver se isso realmente foi abordado nos estudos, essas observações,  
522 essas pontuações que ele fez, e depois chamo a equipe. Mas primeiro eu vou  
523 finalizar aqui com os conselheiros para depois passar para os inscritos,  
524 pontualmente, respondendo àquilo que foi perquirido pelo Sr. Carlos Frederico.”  
525 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: No mesmo sentido que a Verônica falou, eu  
526 acho que esse espaço que é dado aqui para esses inscritos é exatamente para eles  
527 apresentarem o seu empreendimento. Mostrem o seu empreendimento, mostrem o  
528 que vocês fazem, o que vocês vão fazer, mostrem o que vocês pretendem fazer  
529 para mitigar os impactos causados. Aqui é o espaço para vocês fazerem isso. Então,  
530 falando muito a curto e grosso modo, aproveitem esse espaço, que seja para  
531 promover o empreendimento, mas tragam confiança para nós. Porque nós enquanto  
532 conselheiros não estamos aqui para somente chancelar o que o governo manda  
533 para nós, o parecer que chega, nós queremos entender o processo, queremos saber  
534 o que o empreendimento tem de responsabilidade. Então, já fazendo essa  
535 provocação também, usem este espaço aqui, nós não estamos para crucificar  
536 ninguém. Tudo bem que podem ter tido episódios anteriores aqui em que o pessoal  
537 era crucificado, mas em um novo momento aqui nós queremos entender e confirmar  
538 o que foi apresentado no âmbito do licenciamento, porque muitos detalhes nós não  
539 vamos poder saber, somente o pessoal da empresa que pode mostrar as boas  
540 práticas, a metodologia de trabalho. Então usem esse espaço, parem de ficar ‘se  
541 houver questionamento, estamos aqui’, vamos ser proativos, fazer algo diferente do  
542 que é o padrão feito, está na hora de mudarmos este Conselho aqui e a visão entre  
543 conselheiro e empresa. Estamos aqui realmente para entender e contribuir um com  
544 o outro, não é só para brigar ou questionar, nós estamos aqui para construir juntos.  
545 Faço essa provocação para a empresa, para que eles façam suas devidas  
546 apresentações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, fica a dica.  
547 Inclusive, eu falo pela minha formação – sou advogado –, quando fala muito sobre  
548 o sistema de produção, no que pese que estou desde 2006 trabalhando com a  
549 equipe técnica, muita questão de produção, de sistema de produção, de filtragem,  
550 de empilhamento, se você trouxe uma apresentação às vezes consegue clarear.  
551 Para mim, e creio que também, no que pese nós termos vários conselheiros que  
552 têm a formação minerária, o Dr. Orsini, o Claudinei, várias pessoas que têm essa  
553 formação técnica mais graduada nesse aspecto, mas para nós – vou colocar a

554 gente, Denise, que é da área do direito –, temos uma certa dificuldade de estar  
555 visualizando. E eu acho que sempre essas apresentações são muito bem-vindas.  
556 Lembrando que os senhores inscritos têm 5 minutos para poder se manifestar, mais  
557 1 minuto pela Presidência e mais 5 minutos, caso haja necessidade, em votação  
558 pelo Conselho. Então um tempo razoável para estar apresentando o  
559 empreendimento. Mas eu volto ao Conselho. Mais alguma ponderação? Não  
560 havendo, eu vou chamar a equipe da empresa, antes de passar para a equipe da  
561 Suppri, para esclarecer esses pontos em relação às considerações que foram feitas  
562 pelo Sr. Carlos Frederico e canceladas depois por um outro inscrito, o Cassemiro.”  
563 Leonardo Pittella/Virtual Engenharia Ambiental: “Eu sou Leonardo, faço parte da  
564 equipe de consultores da Sandra Mineração, e um ponto importante a ressaltar,  
565 antes de esclarecer as questões colocadas pelo conselheiro, é que esse  
566 empreendimento foi estudado durante um prazo muito longo. Então, originalmente,  
567 no começo dos estudos, não tinha ainda esse advento que ele mencionou desse  
568 decreto que cancelou algumas áreas que estavam indicadas como possíveis áreas  
569 para criação de unidade de conservação. Esse cancelamento que ele mencionou  
570 aconteceu posteriormente. Originalmente, quando nós nos desdobramos sobre a  
571 área e fomos avaliá-la sob a ótica, inclusive, da viabilidade espeleológica, ainda  
572 existia essa proposta de criação de um SAP. Agora é importante frisar que a área  
573 da Sandra Mineração, a mina, a cava da mina está localizada no maciço calcário ao  
574 qual damos o nome de maciço Limeira. A Escrivânia, o maciço calcário da  
575 Escrivânia, que é o maciço ao qual normalmente estão relacionadas as lembranças  
576 sobre relevância, sobre fatos históricos associados, não faz parte da área de  
577 interferência direta do empreendimento, ele está nas vizinhanças, era essa área que  
578 o SAP propôs preservar, caso tivesse sido criada uma unidade de conservação. Não  
579 envolvia o maciço Limeira, que é o maciço onde a cava está. E todas as propostas  
580 que foram feitas no intuito da preservação, do controle de impactos ambientais, o  
581 que foi feito para todo o contexto do entorno, mas particularmente para Escrivânia,  
582 porque a Escrivânia sempre foi colocada, inclusive por nós, como uma área de alta  
583 relevância e precisava ser protegida pelos sistemas de controle que foram  
584 sugeridos. Então tem uma série de soluções de controle ambiental, de mitigação de  
585 impacto, a própria conexão entre o parque industrial e a mina foi concebida dentro  
586 de alternativas que foram avaliadas, inclusive, com EIA/Rima, para minimizar o  
587 impacto especificamente sobre o maciço Escrivânia, que está e estará intacto e  
588 protegido e poderia eventualmente sofrer um impacto indireto, se fosse o caso de  
589 não haver medidas mitigadoras e de controle. Então houve um esforço específico  
590 para propôs esse controle, pensando no maciço Escrivânia. Como eu disse, está  
591 protegido. Inclusive sob o aspecto da compensação florestal pelo desmate de  
592 formações do bioma Mata Atlântica que se dará na cava, no outro maciço, chamado  
593 Limeira, a compensação florestal que propusemos foi exatamente em cima do  
594 maciço da Escrivânia. E vai haver lá um gravame, uma servidão florestal criada  
595 sobre aquele maciço, dentro da lógica da compensação florestal do projeto. É o que  
596 eu gostaria de esclarecer. E fico à disposição para qualquer outro esclarecimento.”

597 tem problema.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Na leitura que  
598 eu fiz, no estudo que eu fiz do Parecer Único, essa questão que o Leonardo Pittella  
599 acaba de falar consta lá. Eu já tinha esse conceito dentro do planejamento  
600 espeleológico, falando de uma linguagem mais clássica, que a área da Escrivânia  
601 seria uma área de compensação florestal e, evidentemente, de alguns tem requisitos  
602 espeleológicos específicos que lá constam. Então o relatório já fala isso muito bem.  
603 Então eu vejo que a turma do Rodrigo, especialmente a Laura, pegou esse ponto  
604 todo, e ficou muito claro. Para mim não tem dúvida nenhuma com relação à  
605 espeleologia. Aquilo que eu comentei é mais sobre o aspecto geral de toda a região,  
606 é um assunto que depois podemos trazer aqui para uma abordagem um pouco mais,  
607 principalmente com o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que  
608 cuida na área da nossa querida Maria Eugênia, cuida dessa situação da região  
609 cárstica na produção do cimento. Mas na questão que o Leonardo Pittella colocou  
610 está muito claro para nós e tecnicamente e perfeitamente resolvido.” Presidente Yuri  
611 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Mais algum conselheiro, antes de passar à equipe  
612 da Suppri? Então chamo a equipe da Suppri, e vamos trabalhar da seguinte forma,  
613 Rodrigo, com sua equipe. O empreendedor já falou que tem concordância com  
614 aquelas alterações propostas por vocês. Se você já puder trabalhar aquela que foi  
615 proposta também pelo Tobias, se está de acordo, se não está. Se não houver muita  
616 coisa, se houver necessidade, colocamos em apartado para votação, colocamos o  
617 parecer e depois a inclusão e as alterações das condicionantes. Mas aí vamos ver  
618 o andamento.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Nós vamos começar do final. Pode  
619 ser, senhores conselheiros? É porque eu acho que o assunto da manifestação dos  
620 inscritos, do Sr. Casimiro e do Frederico Lott, acabou concentrando na espeleologia  
621 e nos Decretos 44.500, 45.097 e 48.063. Acho que é isso mesmo. Enfim, qual é a  
622 ideia aqui? Só para podermos explicar. O Leonardo Pittella já falou, o Orsini também,  
623 e isso está no parecer. Mas só para deixar bastante claro para que os conselheiros  
624 tenham muita tranquilidade. O Decreto 44.500 foi pensado para reduzir impactos  
625 para ordenar aquele desenvolvimento que havia sido previsto para o Vetor Norte  
626 quando da proposta da criação e migração da administração pública para a Cidade  
627 Administrativa e o desenvolvimento do que se chamava à época de aerópolis, o  
628 desenvolvimento de Confins, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Vespasiano, que seria o  
629 vetor de desenvolvimento prioritário do Estado de Minas Gerais naquela época de  
630 criação da Cidade Administrativa. Por isso ele foi pensado assim. No Decreto  
631 45.097, foram separados como áreas prioritárias para conservação, vamos chamar  
632 assim de uma maneira geral, municípios inteiros. Então tem Ribeirão das Neves,  
633 Confins, Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa, Capim Branco, esses municípios  
634 todos foram considerados como áreas para conservação de uma maneira geral. E  
635 foram estabelecidas regras, regramentos para licenciamento ambiental nessas  
636 áreas. Ao mesmo tempo, foi proposto o Sistema de Áreas Protegidas (SAP) para  
637 garantir que ficassem protegidas algumas áreas ambientalmente frágeis e  
638 interessantes. Só que nesse decreto, o Decreto 44.500, se não me engano, ficou  
639 determinado o estudo, pelo órgão gestor, das áreas mais importantes para criação

640 de unidade de conservação. Então determinou ao IEF que se fizesse um estudo.  
641 Artigo 3º do Decreto 44.500. Estabeleceu no inciso IV: elaboração de estudos  
642 destinados a subsidiar a criação de uma rede de áreas protegidas dentro do Vetor  
643 Norte, que seria o SAP. O que aconteceu durante esse tempo de vigência dos  
644 decretos? O IEF fez esse trabalho, o IEF cumpriu o ordenamento do decreto, fez os  
645 estudos necessários nessa área e separou as seguintes áreas que são áreas  
646 prioritárias para conservação da biodiversidade e criação de unidade de  
647 conservação, que são Cauaia, Serra da Lagoa Dourada e Serra do Baldim. Então o  
648 IEF fez esse trabalho. É isso que o Leonardo falou. Quando o processo começou –  
649 esse processo é mais antigo –, ele teve uma série de alterações por causa de  
650 mudança de legislação, por causa de mudança de projeto. Quando o Edson Braga  
651 vira e fala assim, ‘queria agradecer a equipe por conversar’, é porque nós e a equipe  
652 da Supram Central, que participou também, ficamos insatisfeitos com o projeto no  
653 passado por causa da possibilidade – não é nem da previsão – de impacto na área  
654 de influência de cavidade de máxima relevância. Então nós discutimos projeto com  
655 o empreendedor, e eles propuseram fazer correia suspensa para passar por cima  
656 da área, propuseram usar estrada, propuseram fazer uma correia do lado da  
657 estrada, enfim, houve uma série de discussões técnicas para concluirmos qual era  
658 aquela que não causava impacto nessas áreas de influência e nem nas áreas de  
659 influência de Escrivânia, que continuam protegidas. Não tem nenhuma cavidade do  
660 maciço de Escrivânia, que está logo ao lado, que seja impactada pelo  
661 empreendimento. Isso foi bastante discutido e resolvido. Eu gostei da forma como o  
662 inscrito manifestou dizendo o seguinte, tem muita segurança em relação aos  
663 estudos espeleológicos que foram apresentados. Eu vou fazer minhas as palavras  
664 dele, e não por causa do empreendimento do empreendedor, mas por causa dos  
665 analistas consultores que foram trazidos, que são pessoas reconhecidas no meio  
666 espeleológico como referência, o Alan, o Robson também. São referência no meio  
667 espeleológico. Vieram, discutiram conosco, nos contrariaram algumas vezes. Nós  
668 os contrariamos também algumas vezes e ajustamos para que tivesse a melhor  
669 qualidade dos estudos, inclusive levando em consideração eventuais proteções que  
670 tinham no passado. Os decretos do SAP foram revogados em 15 de outubro de  
671 2020. A revogação é recente, é muito posterior aos estudos todos que foram feitos.  
672 Então nós ficamos muito tranquilos em relação a isso e trouxemos isso para o  
673 processo. Em relação às condicionantes 13, 14, 15 e 16, eu vou falar só da 13 e da  
674 14 e vou passar para a Laura e, se for o caso, ao Gabriel também. O Gabriel não foi  
675 citado nominalmente, mas ele deu grande apoio na análise. Não só ele, a equipe  
676 toda. Então nós vamos discutir essas condicionantes que o conselheiro Tobias  
677 apresentou. Tobias, a 13 e a 14 não temos como mudar. Apesar de o nome ser  
678 compensação florestal. Porque compensação ambiental fica tranquilo,  
679 compensação do Snuc, a 9.985/2000, artigo 36, que é aplicação objetiva. A  
680 chamada compensação florestal, essa que está aqui é compensação florestal do  
681 artigo 75 da Lei 20.922, ela é compensação pecuniária também. E o Decreto de  
682 Competências do IEF leva a competência de coordenar, não só coordenar, de



683 analisar, de validar as propostas de compensação pecuniárias, tanto a do artigo 36  
684 do Snuc quanto a do artigo 75 da Lei 20.922, à Gerência de Compensação  
685 Ambiental do IEF. Então não dá para ser de outra forma, esse padrão aqui foi o que  
686 a gerência indicou para todos os processos. Vai continuar vindo assim, vai continuar  
687 vindo nesse prazo, vai continuar vindo dessa forma porque é uma orientação da  
688 gerência que é competente. Então esses, não tem como alterar ainda, são  
689 compensações pecuniárias vinculadas à gestão financeira que o IEF exerce sobre  
690 essas compensações. Eu vou passar para a Laura então para ela continuar e  
691 depois, se for o caso, eu volto aqui um pouquinho.” Laura Bertolino de Souza  
692 Lima/Suppri/SEMAD: “Em relação ao comentário do conselheiro em relação à  
693 condicionante 12, que é ‘apresentar programa específico para monitoramento das  
694 doenças transmitidas pelos vetores encontrados na AID’, foi uma discussão que nós  
695 fizemos, e eu não entendi muito bem a dúvida sobre a condicionante 12. Se ele  
696 quiser repetir. Mas é porque nós queremos que o empreendimento monitore esses  
697 vetores para ver o equilíbrio naquela área, o equilíbrio desses vetores naquela área.  
698 Em relação à condicionante 15, o próprio termo de compensação das espécies  
699 protegidas tem condicionantes para protocolo, junto ao órgão ambiental, do termo  
700 assinado. Não sei se foi essa a questão que ele estava colocando, mas ‘firmar termo’  
701 eu acho que foi a palavra que ele gostaria de trocar. Eu não vejo por que trocar já  
702 que no próprio termo vai ter as condicionantes de protocolo dentro do órgão  
703 ambiental.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Deixa eu só completar. É porque a  
704 proposta de compensação de espécies ameaçadas está dentro do processo,  
705 Tobias. Então quando trazemos o parecer já veio, a proposta foi protocolada  
706 juntamente, nós já aprovamos tecnicamente. Então só precisa agora firmar o termo  
707 de compromisso e cumprir as obrigações. É por isso que vem assim: ‘firmar o termo’.  
708 Dentro do termo tem as obrigações, o que ele tem que protocolar, quando é que ele  
709 protocola, o que ele registra em cartório, o que ele não registra. Se tiver, por  
710 exemplo, obrigação de PTRF, o protocolo de acompanhamento durante cinco anos,  
711 pelo menos, isso já está no termo. O termo é meio padrão, e é por isso que  
712 colocamos ‘firmar’.” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “A  
713 condicionante 16 eu sei que parece chover no molhado, porque as cavidades de  
714 máxima já não poderiam ser intervindas, mas é só reforçando essa importância das  
715 cavidades de máxima no empreendimento, para dar atenção nisso mesmo. Em  
716 relação à condicionante 26, é uma condicionante padrão também, que vemos na IS  
717 08, que é a IS do Estado que orienta a análise espeleológica nos processos de  
718 licenciamento. E nas cavidades em que ocorrem os táxons o empreendedor tem  
719 obrigação de fazer essa descrição e enviar para publicação essa descoberta desses  
720 táxons novos em periódicos e em revistas reconhecidas. O Tobias também  
721 comentou sobre o monitoramento. No item 2.3, na página 81, nós falamos dos  
722 monitoramentos sobre as cavidades. Estão previstos monitoramentos sobre  
723 cavidades de máxima relevância, de alta, de média, conforme a análise de impacto  
724 do empreendimento. Então a questão do monitoramento já está prevista, já foi  
725 analisada no PCA do empreendimento, e entendemos que isso também já está

726 coberto, já é uma obrigação do empreendimento fazer, conforme a nossa análise.”  
727 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Talvez eu não tenha sido muito preciso no  
728 que eu falei, mas eu sou aquele cara chato nos procedimentos da padronização.  
729 Então considerando que tem um parecer da Suppri também de um processo que  
730 nós já votamos aqui em que a redação está diferente – não estou falando para  
731 excluir a condicionante, de forma alguma –, se nós olharmos as outras redações,  
732 ela está um pouquinho diferente, e eu acho que é importante citar as Portarias do  
733 IEF que regeram essas compensações, exatamente para ficar claro como que o  
734 empreendedor deve conduzir. Nesse processo em questão, que é o parecer do  
735 processo 397169/2021, fala ‘formalizar perante a Gerência de Compensação  
736 Ambiental do IEF processo de compensação florestal/minerária (que não é o caso  
737 de minerária), conforme procedimento estipulado pela Portaria 27/2017.’ Eu acho  
738 que isso é importante colocar porque é a Portaria que vai, entre aspas, reorientar o  
739 empreendedor. E na condicionante de compensação ambiental, a mesma redação:  
740 ‘Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF processo de  
741 compensação, conforme artigo 36 da lei federal, e procedimentos estipulados pela  
742 Portaria IEF 55/2012’. Eu também acho interessante deixar essa redação. Acaba  
743 que resolve dois problemas: orienta o empreendedor e padroniza. O prazo de 120  
744 dias está ok. A proposta de compensação, firmar o termo de compromisso, beleza,  
745 se já está analisada, é só firmar o termo, tranquilo. A minha preocupação é só quanto  
746 ao prazo mesmo, porque nesse processo em questão foi dado 90 dias, e aqui  
747 estamos dando 60. É importante padronizar. Ou padroniza 60 ou 90 de agora para  
748 frente, não tem jeito de retroagir. Só essas considerações. Eu acho que não muda  
749 muito o sentido do negócio. Sobre a condicionante 16, se o monitoramento está  
750 previsto no âmbito da análise do processo, eu ainda assim sugiro que deixemos isso  
751 como condicionante. Por quê? Pensando muito na prática, nós já vimos alguns  
752 empreendimentos aqui que não conseguiram ter acesso ao que está posto no  
753 licenciamento ambiental, talvez troca-se consultoria, troca-se um colaborador, e  
754 perde-se a exigência do monitoramento, porque o monitoramento está só dentro do  
755 processo. Perde-se, eu digo não olhando pela nossa perspectiva, olhando como  
756 empreendedor, porque para cumprir alguma coisa ele vai olhar essas  
757 condicionantes; se não está evidenciado ali muitas vezes ele pode perder isso.  
758 Então eu gostaria ainda de discutir um pouquinho se não é viável colocar isso como  
759 condicionante para que ele não se perca, não deixe de fazer esse monitoramento.”  
760 Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Em relação às condicionantes 13 e 14, Tobias, a  
761 compensação do artigo 75 é chamada de compensação minerária porque só se  
762 aplica a empreendimentos minerários que façam supressão de vegetação. É por  
763 isso que, nominalmente, ela é tratada como compensação minerária, para não  
764 confundirmos com as outras compensações. Infelizmente, os nomes de  
765 compensação são muito parecidos. Então chamamos de compensação ambiental  
766 do artigo 36, de compensação minerária do artigo 75 da Lei 20.922, de  
767 compensação florestal o das espécies ameaçadas. Então é só nomenclatura. Mas  
768 eu estou de acordo de colocar na condicionante também. Eu acho que nesse sentido

769 só traz esclarecimento e nenhuma diferença em relação à obrigação de cumprir.”  
 770 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só um momentinho, porque aí já  
 771 fazemos a alteração no texto para adiantar o nosso processo de votação. Você está  
 772 com ela aí, Tobias? Leia para nós.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Estou,  
 773 sim, presidente. A redação dada para compensação florestal é ‘formalizar perante a  
 774 Gerência de Compensação Ambiental do IEF processo de compensação florestal  
 775 conforme procedimentos estipulados na Portaria IEF nº 27/2017.’” Presidente Yuri  
 776 Rafael de Oliveira Trovão: “Mas essa é do artigo 75 da Lei 20.922, Rodrigo? É a  
 777 mesma?” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “É essa, está certinho.” Presidente Yuri  
 778 Rafael de Oliveira Trovão: “Rodrigo, o prazo da 15, em outros casos, está 90, e aqui  
 779 está 60. Padronizamos em 60 ou 90?” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Nesse caso,  
 780 então, eu sugeriria padronizar em 90, porque o termo só é considerado firmado  
 781 quando assinamos, quando o sujeito consegue registrar e trazer a comprovação  
 782 para nós. E como estamos num momento em que cartório é difícil, tem cartório que  
 783 aceita assinatura digital, tem cartório que não aceita, tem que reconhecer firma em  
 784 um e não tem em outro, então preferimos dar um prazo maior. É fundamental que  
 785 isso não impacta na análise, a obrigação de fazer continua igual. É questão  
 786 cartorária, é material pura e simplesmente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 787 Trovão: “Você ia fazer alguma outra observação, Rodrigo?” Rodrigo  
 788 Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu ia fazer em relação ao monitoramento. O que acontece,  
 789 Tobias? Você vai me desculpar de discordar de você, porque não podemos trazer  
 790 análise de impactos ambientais feita pelas Suprams, de uma maneira geral, trazida  
 791 para votação do Conselho, como simplesmente o cumprimento de condicionante no  
 792 futuro. A condicionante é aquilo para além das obrigações que já foram  
 793 apresentadas pelo próprio empreendedor. Só lembrando do processo de  
 794 licenciamento, ele começa com uma ideia, um projeto do empreendedor, um pedido.  
 795 Ele fala assim: ‘Eu quero fazer tal atividade em tal lugar.’ Para cumprir esse pedido,  
 796 ele vai fazer um diagnóstico ambiental dizendo como é esse lugar e já vai apresentar  
 797 para nós um plano de controle ambiental dizendo quais são as ações que ele  
 798 entende como necessárias para controlar, mitigar impactos negativos, compensar  
 799 aqueles que não são mitigáveis ou controláveis e melhorar, ampliar o efeito de  
 800 impactos positivos, que é o PCA inteiro do empreendimento. Então ele traz um  
 801 robusto, que é o plano de controle ambiental dele todo, para dentro do processo. E  
 802 nós analisamos esse PCA e estamos de acordo com o PCA. Na hora que fazemos  
 803 o parecer pelo deferimento, fala ‘sim, o projeto é viável ambientalmente, na balança  
 804 entre desenvolvimento e proteção ambiental ele tem um trade-off que é positivo’,  
 805 podemos assinar embaixo dizendo que o projeto é importante e é bom. Importante  
 806 do ponto de vista econômico e social, bom do ponto de vista de proteção ambiental,  
 807 desde que cumpridas as suas obrigações, aquelas que ele trouxe para dentro do  
 808 processo. Ele trouxe essas obrigações, e essas obrigações estão descritas e  
 809 avaliadas no Parecer Único. Então o Parecer Único não pode ser só o Anexo I, ele  
 810 é o Parecer Único inteiro. O anexo é o seguinte: nós achamos que algumas  
 811 informações não eram suficientes, não estavam claras ou não condiziam com a

812 nossa análise para além daquilo que ele colocou. E aí nós colocamos as  
813 condicionantes do Anexo 1 e colocamos as necessidades de automonitoramento,  
814 de controle ambiental no Anexo II. Esse é o padrão das análises das equipes. Não  
815 dá para simplificar os processos de licenciamento no anexo de condicionantes e  
816 falar 'se ele não olhar a condicionante ele não cumpriu'. Cumpriu, porque está no  
817 PU, e ele tem obrigação de, a cada renovação, mostrar que cumpriu. O relatório de  
818 desempenho ambiental trazido para renovações de licença tem que demonstrar que  
819 ele teve desempenho ambiental, que começou de um jeito, de acordo com o  
820 diagnóstico, cumpriu os planos de controle ambiental e as condicionantes, para  
821 poder ter direito a renovação. Se ele cumprir todas as condicionantes e nenhuma  
822 das ações do PCA, ele não recebe a renovação, não deve receber a renovação,  
823 porque é uma obrigação que ele se impôs. Eu vou deixar bem claro com vocês, eu  
824 já briguei aqui com a equipe que a condicionante 16 não tem nem que estar lá,  
825 porque ela é fazer o cara cumprir a lei. É absurdo ter que falar para o empreendedor,  
826 que tem uma empresa, uma equipe jurídica para auxiliar, e falar com ele 'olha, você  
827 vai cumprir a lei porque eu escrevi na condicionante.' Não, ele tem que cumprir,  
828 ponto, assim como ele tem que cumprir o plano de controle ambiental. É por isso  
829 que não colocamos e sugerimos não colocar, porque senão daqui a pouco, Tobias,  
830 em vez de fazer análise de impacto e trazer o parecer com cento e tantas, duzentas  
831 e tantas páginas – sabemos que é pesado para vocês –, imagina, ler milhares de  
832 páginas e fazer uma análise que cabe nessas cento e poucas, dizendo quais são as  
833 condições que achamos necessárias para o empreendimento andar. E jogar essa  
834 análise toda fora e trazer só um anexo de condicionantes e falar assim: 'Olha, o  
835 empreendimento pode, desde que cumpra essas condicionantes.' Eu acho que torna  
836 muito rasa essa análise que temos trazido para cá. Tem quatro anos que estou aqui  
837 na Suppri, Tobias, conselheiros, e o tempo todo aprendemos, o tempo todo  
838 qualificamos a nossa análise dentro do processo. E eu acho que trazer só para a  
839 condicionante é desqualificar a análise, é desqualificar o conhecimento que vocês  
840 precisam ter para poder votar tranquilamente no processo. Por isso que, nesse caso,  
841 somos contra. Agora, de novo, nós somos só suporte para o Conselho. Se vocês  
842 querem que coloca, o Conselho vai votar para colocar, nós vamos observar a  
843 condicionante. É só uma questão da nossa posição técnica aqui." Conselheiro  
844 Tobias Tiago Pinto Vieira: "Rodrigo, eu entendo seu posicionamento também, eu  
845 acho que realmente a análise não fica no anexo de condicionantes, mas ainda assim  
846 me preocupa dos empreendedores que deixam de ler o Parecer Único para tocar a  
847 sua licença. Mas fica a ressalva, se não tem a necessidade de colocar como  
848 condicionante, ficam o alerta e a ressalva para os empreendedores se aterem aos  
849 programas previamente apresentados ao órgão ambiental, eles não podem virar as  
850 costas ao que foi previamente apresentado na construção do processo. É isso, mas  
851 valeu a discussão. Muito obrigado, Rodrigo, e fica ao Conselho se quiser colocar ou  
852 não. Estou satisfeito, mas fica a ressalva para os empreendedores ficarem atentos  
853 ao que já foi apresentado. Obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
854 "Então, com a concordância da Suppri, a 13 e a 14 ficam com a seguinte redação:

855 'Formato formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF  
 856 processo de compensação florestal/minerária conforme procedimentos estipulados  
 857 na Portaria IEF 27/2017, com prazo de 120 dias.' A 14 fica com a seguinte redação:  
 858 'Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF processo de  
 859 compensação ambiental conforme artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 e  
 860 procedimentos estipulados pela Portaria IEF 5523/2012, pelo prazo de 120 dias.' Ou  
 861 seja, só houve alteração na redação. E na 15 o prazo passa de 60 para 90 dias. E  
 862 houve aquelas outras alterações que foram relatadas pela Laura logo no início do  
 863 destaque. A 29, apresentar os resultados da medição de nível estático de poço de  
 864 captação de água que já existe na dolina utilizada no passado pela Fazenda  
 865 Escrivânia como captação de água. O empreendedor se compromete, após  
 866 medições, implantar a laje sanitária, vedar e fechar o ponto de monitoramento e  
 867 fazer medição em dois períodos secos dessa dolina.' Na 30, tira MG-424 destaca a  
 868 AMG-105. Então são essas as considerações. Retorno, consideração final pela  
 869 equipe ou pelo Conselho? Já houve a concordância do empreendedor em relação  
 870 às alterações propostas pela Suppri, e as demais são alterações de texto, e o prazo,  
 871 obviamente a empresa não vai reclamar que teve 20 dias a mais, 30 dias a mais em  
 872 relação ao prazo. Com essas considerações e observações e alterações já feitas,  
 873 coloco em votação o item 7.1, Sandra Mineração, Mina da Limeira." Votos  
 874 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindextra, Fiemg,  
 875 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então  
 876 processo aprovado com 12 votos favoráveis." **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO  
 877 PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE  
 878 INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) ArcelorMittal Brasil S/A. Mina  
 879 Córrego Fundo. Lavra a céu aberto, minério de ferro; Unidade de Tratamento  
 880 de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; pilhas de rejeito/estéril, minério  
 881 de ferro; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,  
 882 instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e  
 883 postos revendedores de combustíveis de aviação; central de recebimento,  
 884 armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão,  
 885 plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou  
 886 produtos químicos, exceto agrotóxicos; disposição de estéril ou rejeito inerte  
 887 e não inerte de mineração em cava sem a necessidade de beneficiamento;  
 888 reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilhas de estéril  
 889 ou rejeito; estação de tratamento de esgoto sanitário. Itatiaiuçu/MG. PA  
 890 00366/1990/040/2019, ANM 13.845/1967. Processo Híbrido SEI  
 891 1370.01.0010958/2021-60. Classe 6. Apresentação: Suppri. Conselheiro Tobias  
 892 Tiago Pinto Vieira: "Senhor presidente, neste empreendimento em questão, eu  
 893 gostaria, de antemão, assim como nós provocamos no outro empreendimento, que  
 894 os empreendedores apresentassem, porque nesse caso em questão existe, sim, a  
 895 deposição a seco. Eu acho muito importante que nós tenhamos a oportunidade de  
 896 conhecer, assim como eles já nos procuraram, entraram em contato, fizeram  
 897 apresentação para que nós conheçamos o projeto. Eu achei muito bacana. Em**

898 busca de dar essa transparência e a oportunidade de todo mundo conhecer o  
899 processo e debatermos isso cada vez mais, eu peço, por gentileza, se a empresa  
900 tiver oportunidade de apresentar, discutir um pouco sobre o processo, o processo  
901 de secagem do rejeito, eu acho muito bacana. E ainda dentro das minhas  
902 considerações temos as mesmas adequações do processo anterior quanto à  
903 redação das condicionantes 3 e 4.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok,  
904 Tobias, eu já até solicito à Sabrina que adeque a 3 e a 4. Nós já temos a  
905 concordância da Suppri nesses dois pontos, só mesmo de redação.” Conselheiro  
906 José Angelo Paganini: “O Parecer Único afirma que, apesar de possuir licenças para  
907 aproveitamento do material disposto na barragem, a mesma está suspensa,  
908 considerando ausência de estabilidade da mesma. Assim, a atividade só será  
909 reiniciada após manifestação da Supram Central de Minas. E eu gostaria de saber  
910 como está a estabilidade da barragem hoje e se a atividade de aproveitamento de  
911 resíduos já foi restabelecida. O Parecer Único também informa que rejeitos serão  
912 depositados na cava da mina. ‘Este método de manuseio de rejeitos possibilita a  
913 desidratação da polpa, por infiltração da fração líquida no interior da cava.’ Eu  
914 gostaria de saber como é feito o controle da água subterrânea em função dessa  
915 infiltração de efluentes da desidratação da polpa do rejeito. Então essas duas  
916 dúvidas que eu gostaria de esclarecimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
917 Nunes de Lima: “Presidente, o meu destaque é em função do que a gente já vem  
918 discutindo muito aqui, que é melhoria de processo em mineração. Eu falo isso com  
919 muita ênfase, acho que cada vez que nós recebemos um projeto da natureza da  
920 ArcelorMittal que vem com essa tarja, com esse ícone de recuperação de polpa,  
921 filtração, e evitar que essa polpa vá a barragens, isso nós temos que aplaudir. O  
922 próprio Tobias já fez esse comentário quando nós tivemos aqui aquele caso da  
923 AngloGold, e foi muito bacana aquele tipo de apresentação que foi feita. Eu também  
924 concordo com o Tobias e concordo com a equipe da ArcelorMittal. Eu queria, nesse  
925 aspecto, dizer que fizemos uma reunião com eles, uma reunião na qual eles fizeram  
926 apresentação desse novo sistema, o que eu achei sensacional. Como engenheiro  
927 de minas, como pessoa que conhece a questão do tratamento dos minérios, eu acho  
928 que é importante. Então eu renovo o pedido do Tobias de que o pessoal presente  
929 da ArcelorMittal, se é que estão credenciados a falar, que possa fazer uma  
930 apresentação ilustrativa desse sistema, que é muito importante. Inclusive, José  
931 Angelo, isso vem resolver uma série de problemas nossos. Eu acho que a sua  
932 preocupação pela hidrologia, a sua preocupação pela qualidade das águas dentro  
933 de uma cava ou dentro de qualquer sistema que percole isso para áreas do aquífero,  
934 eu acho muito importante essas considerações que estão sendo feitas. Isso leva em  
935 conta, principalmente, que nós precisamos ter melhoria realmente na mineração, a  
936 melhoria no processo, a melhoria na condução dos insumos e dos rejeitos é  
937 importantíssima. Daí vem novamente o meu posicionamento. E quero também, mais  
938 uma vez, demonstrar minha satisfação pelo belo relatório que foi feito, pelo belo  
939 parecer que foi feito.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Bom dia a  
940 todos. Hoje é a minha estreia na CMI, fico muito satisfeita de participar de um time

941 de conselheiros da qualidade daqueles que são nomeados e se apresentam. E mais  
942 feliz eu fico, presidente, de poder votar um projeto como esse. Eu faço das palavras  
943 do conselheiro Orsini as minhas. Que fala muito melhor do que eu, que tem muito  
944 mais critério técnico, Dr. Orsini. Eu fico muito satisfeita de ver um projeto dessa  
945 ordem com controles ambientais contundentes. Essas atualizações tecnológicas  
946 são, de fato, de alta importância, sempre que vemos esse aperfeiçoamento de  
947 ampliação do sistema de desaguamento de rejeito, pilha de rejeito drenado. Então  
948 eu espero, nas participações futuras – que elas aconteçam –, ver mais projetos  
949 dessa ordem. Está de parabéns o empreendedor por essa iniciativa. E seria muito  
950 bom que isso ficasse transparente para todos como uma forma de demonstrar que  
951 são possíveis e são de muita importância essas atualizações tecnológicas.”  
952 Conselheiro José Angelo Paganini: “Senhor presidente e Dr. Orsini, apesar de eu  
953 não ter sido convidado para palestra sobre o sistema de drenagem, eu conheço  
954 alguns desses sistemas de filtragem, prensagem e tratamento de efluentes. Esses  
955 processos, eu não tenho dúvida, estou de acordo. A minha dúvida está sendo em  
956 função do rejeito que é depositado sem prensagem, sem filtragem e sem tratamento  
957 de efluente na cava. Para onde que vai essa água? Ela está contaminando o lençol  
958 freático ou não? Como que é feito esse controle? A minha dúvida é essa. O processo  
959 de prensagem e deposição a seco, só tenho a parabenizar a empresa e as empresas  
960 que adotaram o sistema. E quanto à barragem eu gostaria de informações sobre a  
961 barragem, se os resíduos estão sendo retirados para descomissionamento da  
962 barragem, se já está sendo feito isso, se resolveu a estabilidade da barragem. É só  
963 questão de mais informações para que eu possa votar com mais segurança.”  
964 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, José Angelo. Mais algum  
965 conselheiro? Assim eu passo para os inscritos. Naquela linha que nós já  
966 conversamos, do que foi solicitado pelo Tobias, solicitado por mim também,  
967 reiteradamente, que, sendo possível, que a empresa já faça os esclarecimentos e  
968 os questionamentos do Conselho.” Cecília Bicalho Fernandes/ArcelorMittal: “Pelos  
969 questionamentos que foram feitos, eles são de natureza técnica, certamente a  
970 equipe da Suppri e também da empresa responderão. Eu sou assessora jurídica da  
971 empresa. Como nenhum questionamento é dessa natureza, eu estou à disposição  
972 caso haja alguma outra dúvida nesse sentido.” Gustavo da Silva Roldi/ArcelorMittal:  
973 “Eu estou aqui em nome da equipe técnica da ArcelorMittal para prestar  
974 esclarecimentos. Eu acredito que para otimizar o fluxo aqui das tratativas, se for  
975 possível, senhor presidente, eu gostaria de pedir o direcionamento da palavra para  
976 o Sr. Alberto, que é nosso líder da frente técnica e vai poder fazer uma breve  
977 exposição do projeto para melhor esclarecimento de todos os conselheiros. Fico à  
978 disposição.” Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: “Bom dia, senhor presidente, bom  
979 dia, senhoras e senhores conselheiros. Muito obrigado por esta oportunidade, em  
980 que nós apresentaremos aqui um vídeo de aproximadamente 4 minutos, mas  
981 antecipadamente eu quero fazer um destaque sobre os principais pontos desse  
982 projeto. Trata-se de uma ampliação de uma área onde hoje a ArcelorMittal já opera  
983 desde o ano de 2009, e nessa ampliação, nessa expansão do empreendimento, o

984 nosso objetivo é dar continuidade às nossas atividades. Atualmente o nosso  
985 processo está desenhado para o beneficiamento de itabirito friável, e neste  
986 momento nós estamos propondo o licenciamento da expansão desse  
987 empreendimento para o processamento de itabiritos compactos. Um grande  
988 destaque, um grande ponto muito importante desse nosso projeto é a não utilização  
989 de barragem. Um segundo ponto que é muito importante é uma importante  
990 atualização tecnológica do nosso processo, como nós vamos apresentar um pouco  
991 mais à frente, com destaque para maior eficiência energética, com destaque para  
992 menor uso de água e proporcionar uma grande recirculação da água no processo e  
993 também o uso de filtro prensa. Então eu vou passar aqui rapidamente o vídeo e em  
994 seguida farei os esclarecimentos aos conselheiros. Então trata-se, como nós  
995 apresentamos, da expansão das atividades da mina de Serra Azul, da ArcelorMittal,  
996 no município de Itatiaiuçu. Na tela nós temos a localização do empreendimento. E  
997 os principais pontos desse projeto são destacados neste momento na nossa tela,  
998 em especial a importância de darmos continuidade às nossas operações com  
999 aproveitamento de itabirito compacto, a não utilização de barragem de rejeitos, a  
1000 ampliação da nossa produção para 4,5 bilhões de toneladas por ano de pellet feed,  
1001 1.780 empregos diretos gerados com essa expansão, mais de 8 mil empregos  
1002 indiretos e R\$ 32 milhões de impostos gerados por ano nesse empreendimento.  
1003 Com relação às questões ambientais, de uma forma bastante sucinta, eu gostaria  
1004 de destacar que em relação à área atualmente, hoje, operada pela ArcelorMittal na  
1005 Mina de Serra Azul, na expansão do projeto, nós estamos falando de apenas um  
1006 acréscimo de 14% na área diretamente afetada. Esse é um ponto de destaque do  
1007 nosso projeto, uma vez que dentro dessa nova proposta, com evolução tecnológica  
1008 de um processo que tem como premissa maior eficiência energética, quando  
1009 comparamos com outras rotas convencionais de processamento de minério de ferro,  
1010 em especial itabiritos, e também com menor utilização de água nova e maior  
1011 recirculação da água. Então com relação à evolução tecnológica destacamos agora  
1012 a utilização de filtro prensa para secagem dos rejeitos, 100% de recirculação de  
1013 água que será utilizada na lavagem de equipamentos e com a retirada do óleo  
1014 presente nessa água para ré-refino, implementação de Sumps na área da instalação  
1015 de beneficiamento para receber toda a drenagem industrial e também eventuais  
1016 descargas energéticas cuja capacidade desses Sumps é de receber  
1017 aproximadamente três descargas consecutivas e respectiva recirculação da água.  
1018 Eu ainda gostaria de dar ênfase com relação a qual é o significado, o principal  
1019 significado ambiental desse empreendimento. O projeto atual, o que está  
1020 circunscrito por essa linha em branco é o projeto atual. Em verde, como destaquei  
1021 no início do vídeo, representa os 14% da expansão em relação à ADA atual. Como  
1022 podemos observar, essas áreas que estão consideradas na expansão já estão  
1023 inseridas dentro do contexto da mineração. Em azul destacamos a área de lavra,  
1024 em marrom a área de beneficiamento, em roxo as áreas de disposição de rejeito e  
1025 estéril. Aqui nós temos uma visão tridimensional da situação atual hoje, com  
1026 destaque, à nossa esquerda, das bancadas de lavra, da área de lavra. E esse



1027 polígono em vermelho, a nossa área de operação. Agora uma simulação com as  
1028 bancadas da área de lavra no quinto ano, à nossa esquerda; e à nossa direita uma  
1029 simulação com as pilhas de disposição de rejeitos. E por fim o desenvolvimento da  
1030 lavra no décimo ano, à nossa esquerda, o desenvolvimento das bancadas, e à nossa  
1031 direita o desenvolvimento das pilhas de disposição de rejeito e estéril. Nessa  
1032 imagem nós podemos ver os principais equipamentos que serão implementados  
1033 com a expansão desse projeto, com destaque no item 11, no item 12 e no item 13  
1034 relacionados à nossa filtragem de rejeitos e também à nossa pilha de rejeitos, que  
1035 será formada a partir da secagem desse rejeito. Agora detalhe do espessador de  
1036 rejeitos, onde a polpa então já sofre o primeiro adensamento e a retirada de água.  
1037 Nesse prédio faremos a filtragem do rejeito, e nessa imagem nós temos uma bateria  
1038 de cinco filtros prensa que serão responsáveis pela retirada da água e a secagem  
1039 dos rejeitos. Após secagem, serão dispostos numa pilha de rejeito, e a partir dessa  
1040 pilha encaminhados para disposição final. Nós mostramos nessas imagens  
1041 ilustrativas o funcionamento desses filtros prensa. Abertura das placas, essas tortas,  
1042 o rejeito seco é armazenado nessas baias. Imagens ilustrativas. E logo após a  
1043 secagem nós podemos ver como que o material realmente é bastante seco, e a  
1044 água retirada do rejeito é totalmente recirculada no processo. E agora uma imagem  
1045 digital mostrando como que é feito esse processo de secagem, e a retirada da água.  
1046 Senhor presidente, posso passar então para a resposta aos questionamentos dos  
1047 conselheiros? Primeiramente, eu gostaria de fazer algumas considerações em  
1048 relação ao conselheiro Tobias, que comentou que gostaria de ter informações  
1049 adicionais sobre o processo de secagem. Nós procuramos fazer isso através do  
1050 vídeo, mas também, Dr. Tobias, o senhor gostaria de mais algum esclarecimento  
1051 em relação a esse ponto, de como é o funcionamento, como faremos a secagem  
1052 dos rejeitos com utilização do filtro prensa?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira:  
1053 “Senhor Alberto, na verdade, eu queria mesmo a sua explanação, essa  
1054 apresentação que você fez, para os demais conselheiros conhecerem e entenderem  
1055 o processo. E se você tiver mais alguma informação pode terminar de usar o seu  
1056 tempo para conhecermos mais.” Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: “Ok,  
1057 conselheiro Tobias, muito obrigado pelas informações. E gostaria só de acrescentar  
1058 com relação a esta oportunidade que temos aqui de apresentar o nosso  
1059 empreendimento e gostaria também de aproveitar e ao mesmo tempo responder  
1060 uma das perguntas que foram feitas pelo José Angelo Paganini, com relação à  
1061 disposição dos rejeitos em cava. Eu gostaria de fazer um breve histórico com relação  
1062 a esse processo que nós desenvolvemos atualmente na Mina de Serra Azul. Eu vou  
1063 falar rapidamente um breve histórico. Em 2009, a ArcelorMittal adquiriu da London  
1064 Mining a Mina de Serra Azul, e a essa época a mina operava com a disposição de  
1065 rejeitos em barragem. Logo em seguida, a ArcelorMittal desenvolveu uma tecnologia  
1066 de maneira que não se utilizasse mais barragem. Então hoje a operação atual da  
1067 Arcelor não utiliza barragem. Isso acontece desde o ano de 2012. À época, inclusive,  
1068 essa metodologia foi apresentada pela SEMAD. A SEMAD, à época, tinha um  
1069 programa de reconhecimento de boas práticas no setor mineral. Inclusive, a

1070 ArcelorMittal foi, à época, premiada pela SEMAD em função dessa boa prática.  
1071 Então atualmente a Arcelor já tem grande experiência, já quase dez anos, de operar  
1072 sem a utilização de barragem, com disposição em cava. Então um ponto importante  
1073 que o conselheiro trouxe é com relação ao monitoramento da qualidade das águas  
1074 do lençol freático em relação a essa atividade. Essa atividade já está licenciada, as  
1075 nossas operações. Nós fazemos todo o controle de qualidade das águas através do  
1076 nosso programa de monitoramento hídrico em relação ao lençol freático. Ao longo  
1077 de todos esses anos – como eu comentei aqui, já são quase dez anos de experiência  
1078 operacional da Arcelor nessa metodologia –, nós não tivemos nenhuma alteração  
1079 em relação à qualidade das águas no lençol freático. Cabe destacar que no processo  
1080 atual que é executado hoje na empresa nós não utilizamos nenhuma condição que  
1081 possa trazer essa contaminação em relação às águas subterrâneas. Apesar disso,  
1082 todos os nossos monitoramentos também indicam essa condição de manutenção  
1083 da qualidade das águas subterrâneas. Eu gostaria então de passar para o segundo  
1084 questionamento do conselheiro Paganini. Com relação ao outro questionamento em  
1085 relação às nossas atividades, apesar de eu ter feito esse breve histórico em relação  
1086 às nossas operações, eu gostaria de esclarecer que, em relação ao projeto de  
1087 expansão de itabirito compacto, como opção, a disposição dos rejeitos será feita em  
1088 pilhas de rejeito, conforme nós mostramos no vídeo e não em cava. Esse  
1089 procedimento de disposição em cava é o procedimento atual que, neste momento  
1090 de transição de um projeto de itabirito friável para itabirito compacto, nós ainda hoje  
1091 temos essa atividade licenciada para disposição em cava. Mas com o  
1092 desenvolvimento do projeto essa atividade vai sendo substituída pela disposição  
1093 total dos rejeitos. Após os rejeitos serem secos, eles serão dispostos em pilhas de  
1094 rejeitos.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Um esclarecimento. O rejeito que é  
1095 disposto em cava é o rejeito seco após prensagem ou o rejeito que não passou pelo  
1096 sistema de prensagem? Eu gostaria de saber. O primeiro questionamento é que ele  
1097 falou sobre estabilidade da barragem. No Parecer Único fala que o reaproveitamento  
1098 dos resíduos dispostos nessa barragem foi suspenso em função da estabilidade da  
1099 barragem. Eu gostaria de saber como é que está essa bagagem. Se nesse  
1100 licenciamento estamos licenciando essa continuidade e como é que está a condição  
1101 da barragem hoje.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Ainda com o  
1102 Conselho.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Senhor presidente, somente  
1103 para fazer umas últimas considerações antes de o processo ir para votação. Mais  
1104 uma vez estamos vendo um processo de deposição a seco. Obviamente que  
1105 existem os outros programas de monitoramento, programas de controle ambiental  
1106 do empreendimento. Mais uma vez temos que destacar o belo trabalho da Suppri,  
1107 que realmente é um parecer muito bem feito e muito completo. Quando vemos um  
1108 processo assim, que o empreendedor vem aqui e mostra o trabalho, mostra para  
1109 nós a seriedade com que está levando o tema de deposição de rejeitos, eu acho  
1110 que isso agrega muito para o nosso trabalho aqui enquanto conselheiro e também  
1111 traz para nós uma confiança muito grande em estar aprovando um processo como  
1112 esse. Então eu quero dar os parabéns tanto à Suppri quanto ao empreendedor. E

1113 empreendimentos assim que investem, como diz o Orsini, em inovações na  
1114 mineração eu acho que isso tem que ser, sim, reconhecido por nós aqui como um  
1115 novo tempo, um novo momento da mineração, para realmente fazermos com que  
1116 barragens deixem de ser um problema para nós. Barragens de rejeito, obviamente.  
1117 Então, por fim, eu só queria fazer essa ressalva aqui e ressaltar também que  
1118 empresas, quando vêm até nós enquanto conselheiros, não sei se acontece com os  
1119 demais, temos que abrir o diálogo, abrir esse meio de comunicação para realmente  
1120 buscarmos construir. Hoje nós vemos uma técnica totalmente diferente do anterior.  
1121 O anterior era disco de cerâmica para fazer filtragem, agora já é uma prensa com  
1122 tecido. E aí é muito bacana ver que existem outras opções, obviamente, respeitadas  
1123 as peculiaridades de cada mineração, de cada polpa gerada no empreendimento.  
1124 Estou muito satisfeito, eu acho que é um avanço que estamos tendo em Minas  
1125 Gerais e espero que mais empreendimentos como esse venham a aparecer aqui  
1126 para nós.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É muito interessante o que o  
1127 Tobias está falando sobre abrir o canal para discussão. Eu estava assistindo outro  
1128 dia um vídeo do Leandro Carnal, ele falando que devemos ler os livros que gostamos  
1129 e, principalmente, os que não gostamos para podermos ter argumento para estar  
1130 falando bem ou mal daquele autor, daquele tipo de pensamento. Então é muito  
1131 importante estarmos abertos a aprender com todos os lados.” Conselheiro Carlos  
1132 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu quero juntar ao debate somente essa questão  
1133 que o José Angelo Paganini comentou, e talvez o Alberto puder nos dar algum  
1134 esclarecimento adicional. Porque, paralelamente, José Angelo, eu imagino que, pelo  
1135 que conheço daquela região toda – Serra Azul já foi motivo de muito trabalho meu  
1136 quando era jovem ainda, engenheiro de minas –, essa questão da barragem  
1137 existente lá na ArcelorMittal, naquela região, tenha tido problemas, evidentemente,  
1138 como a maioria de barragens que foram monitoradas pela ANM, como também pelo  
1139 próprio IGAM, a FEAM também. Monitoramentos em função dos acidentes  
1140 anteriores que nós tivemos. Mas é importante saber primeiro se essa barragem está  
1141 em fase de descomissionamento. Alberto, é bom você esclarecer isso para nós aqui.  
1142 Porque se ela já está em fase de comissionamento já é um fator positivo da completa  
1143 limpeza e secagem desse material que está sendo utilizado nessa barragem. Por  
1144 outro lado, também, o esclarecimento dele foi muito claro para mim que nessa fase  
1145 intermediária essa polpa, o rejeito estava sendo colocado em cava e sendo  
1146 controlado com qualidade de água adequada. Mas vejo também que a qualificação  
1147 desse rejeito prensado dá condições excepcionais para ser colocado em pilha.  
1148 Porque se tivesse um nível ainda de umidade representativa nesse rejeito após a  
1149 sua compressão, ele pode, inclusive, trazer alguma provável instabilidade de pilha.  
1150 Mas não é o caso. Então eu acredito que, juntando com os posicionamentos do José  
1151 Angelo e do Tobias, o Alberto pudesse confirmar essa solução e essa situação da  
1152 barragem e se a mesma, enfatizando, estará em fase de descomissionamento.”  
1153 Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: “Eu gostaria então de listar aqui alguns pontos  
1154 que considero que são esclarecedores em relação aos processos que são  
1155 desenvolvidos hoje na Mina de Serra Azul. Primeiramente, conforme destaquei no

1156 início, a ArcelorMittal adquiriu a Mina Serra Azul da London Mining em 2009, e o  
1157 procedimento adotado à época era a disposição de rejeitos em barragem. Em 2012,  
1158 um pouquinho antes de 2012, a ArcelorMittal não mais fez disposição de rejeito em  
1159 barragem. Então desde o ano de 2012 a Arcelor não dispõe rejeitos em barragem.  
1160 Qual foi a metodologia então à época desenvolvida pela Arcelor? Os rejeitos do  
1161 beneficiamento eram então bombeados para a cava. Dadas as condições  
1162 geológicas da cava, o material então disposto na cava, com o tempo de residência,  
1163 o material sedimentava. Então o material seco, para permanecer com o tempo de  
1164 decantação dentro da cava, esse material secava. E com equipamentos  
1165 convencionais, escavadeira, carregadeira e caminhões, esse material era retirado  
1166 da cava e então disposto numa pilha de drenagem seca. Então essa é a metodologia  
1167 utilizada hoje pela ArcelorMittal, que está licenciada, inclusive. E os monitoramentos  
1168 também, como já expliquei, também indicam que não tem nenhum tipo de  
1169 contaminação no nosso lençol freático. Qual é a metodologia que estamos propondo  
1170 agora nos itabiritos compactos, para aproveitamento e processamento de itabirito  
1171 compacto? É uma metodologia diferente. Os rejeitos gerados no processo de  
1172 beneficiamento num primeiro momento vão passar por um processo de  
1173 espessamento. Nós temos um conjunto de espessadores que vão fazer a retirada  
1174 da água, a primeira retirada, o primeiro adensamento. A partir do espessador, esse  
1175 material será encaminhado para um conjunto de filtros prensa, onde então o restante  
1176 da água vai ser retirado, e essa água vai ser enviada totalmente para recirculação  
1177 na planta de beneficiamento. E esse material seco, os rejeitos secos que vão sair  
1178 dos filtros prensa serão encaminhados para uma pilha logo ao lado da instalação de  
1179 filtragem. Esse material seco será então, através de transporte convencional em  
1180 caminhões, direcionado para as pilhas licenciadas de disposição de rejeitos. Então  
1181 essa é a configuração. Então neste momento o projeto de expansão não prevê essa  
1182 condição de disposição de rejeitos em cava e, sim, fazer todo o desaguamento,  
1183 espessador, filtro prensa. E após o rejeito seco ele então vai ser disposto nas pilhas  
1184 de rejeito.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “As condições de estabilidade  
1185 que o José Angelo questionou, o senhor tem essas informações?” Alberto Luiz  
1186 Bernardo/ArcelorMittal: “Tenho, sim. As condições de estabilidade, conforme eu  
1187 destaquei, desde o ano de 2012, a ArcelorMittal não opera barragem de rejeitos. E  
1188 desde essa época todas as condições de estabilidade, através de instrumentação,  
1189 vêm sendo monitoradas. No ano de 2019, após o acidente de Brumadinho, com a  
1190 mudança de uma série de protocolos em relação aos protocolos de engenharia e  
1191 definição de parâmetros de segurança, a ArcelorMittal então fez uma revisão  
1192 criteriosa dos parâmetros de segurança. Em função dessa revisão, a nossa  
1193 barragem então foi enquadrada como nível 2. Com esse enquadramento em 2019  
1194 da nossa barragem em nível 2, de forma preventiva, nós então fizemos a remoção  
1195 das famílias que estavam localizadas na zona de autossalvamento. Então é um  
1196 destaque importante que eu gostaria de fazer. De forma preventiva, então, as  
1197 famílias que estavam na zona de autossalvamento foram retiradas. A partir desse  
1198 momento, nós ainda implementamos ainda mais os monitoramentos referentes à

1199 condição de estabilidade dessa barragem. E, volto a afirmar, não houve nesse  
1200 período nenhuma alteração, nenhuma leitura, nenhum instrumento que indicasse  
1201 qualquer alteração nos itens que vinham sendo monitorados pela Arcelor, conforme  
1202 eu expliquei. A nossa barragem então foi enquadrada no nível 2 em função da  
1203 alteração dos protocolos de engenharia e da revisão em relação a esses protocolos.  
1204 Então não faz parte desse licenciamento seja o descomissionamento, seja revisão,  
1205 seja qualquer tipo de atuação na barragem. Então o processo de  
1206 descomissionamento dessa barragem foi licenciado no ano de 2018, nós então  
1207 interrompemos esse processo de descomissionamento em função da revisão dos  
1208 parâmetros de segurança, principalmente após o acidente em Brumadinho. E neste  
1209 momento estamos em discussão com a Agência Nacional de Mineração, com o  
1210 Ministério Público, também com a FEAM, para condução do processo de  
1211 descomissionamento dessa barragem, que será feito a partir da consolidação dos  
1212 acordos que estão em andamento com o Ministério Público, com a ANM, com a  
1213 FEAM, inclusive, e claro também com a SEMAD.” Conselheiro José Angelo  
1214 Paganini: “Eu estou entendendo então que as atividades de reaproveitamento de  
1215 resíduos dispostos na barragem estão suspensas. Vocês pararam de retirar  
1216 resíduos dessa barragem para ser reaproveitados. Estou correto nesse meu  
1217 entendimento? A barragem está parada lá, vocês não estão reutilizando os resíduos,  
1218 reaproveitando os resíduos que estão dispostos dentro da barragem? É isso?”  
1219 Alberto Luiz Bernardo/ArcelorMittal: “Ok, correto.” Conselheiro Claudinei Oliveira  
1220 Cruz: “Eu só queria contribuir com as palavras do Alberto, tirar as dúvidas do Dr.  
1221 Orsini, do José Angelo. A barragem da ArcelorMittal este em nível 2, como disse o  
1222 Alberto. Nível 2 de emergência. A ZAS está evacuada. No momento não se pode  
1223 fazer qualquer intervenção na barragem. O monitoramento realmente foi  
1224 complementado, existem radares, existe todo um sistema adequado à situação. A  
1225 descaracterização da barragem, antes de iniciar, precisa atender uma premissa  
1226 básica para esse caso específico, que é a questão da construção da ICJ, que é  
1227 estrutura de contenção a jusante, para que se possa fazer essa descaracterização  
1228 de um modo seguro. Então só quando essa ICJ ficar pronta que vai se iniciar  
1229 realmente, efetivamente, a descaracterização da barragem. Atualmente está em  
1230 fase de projeto básico, iniciando o projeto básico da ICJ, então ainda não temos um  
1231 cronograma definitivo de quando irá iniciar efetivamente a descaracterização, a  
1232 retirada dos rejeitos da barragem. Ressalto também que a ANM, juntamente com a  
1233 FEAM, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, nós temos  
1234 reuniões periódicas com a ArcelorMittal, no mínimo uma vez por mês, para  
1235 acompanhar essa situação, esse cenário, que é preocupante para todos. Mas a  
1236 gente vem acompanhando. A ArcelorMittal está fazendo a parte dela, vamos dizer  
1237 assim, e nós também aqui fazendo a nossa parte cobrando o que a legislação exige  
1238 da Arcelor. Então só para deixar claro qual que é o cenário atual da barragem de  
1239 rejeito da ArcelorMittal.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço,  
1240 Claudinei, as informações. Muito obrigado. Acho que ajudaram a esclarecer bem. E  
1241 no que pese não ter sido objeto desse licenciamento aqui neste momento, mas eu

1242 acho que as dúvidas porventura em relação à barragem foram sanadas. Agora nós  
1243 finalizamos com os inscritos, e sobra pouco para as considerações finais da equipe  
1244 da Suppri, se sobrou alguma coisa. Então, Rodrigo e equipe da Suppri.” Rodrigo  
1245 Ribas/Suppri/SEMAD: “Sobrou falar das condicionantes que o Tobias pediu para  
1246 alterarmos. Nós até fizemos uma proposta de texto. Antes disso, agradecer ao  
1247 Alberto. O Alberto sempre foi muito próximo da gente. Quando saiu a notícia da  
1248 instabilidade – não é nem instabilidade, é alteração da forma de avaliação, que é o  
1249 que ele disse –, os indicadores não alteraram em momento algum, ela não ficou  
1250 instável, foi só a forma de avaliar a instabilidade que alterou, os parâmetros foram  
1251 alterados. E imediatamente ele nos avisou, ‘emitimos alerta de emergência, tiramos  
1252 as pessoas de lá, tal, tal, tal’. Então assim essa transparência com que a Arcelor  
1253 trabalhou conosco ao longo desse tempo sempre foi muito importante na relação.  
1254 Acho importante, José Angelo, trazer essas discussões para que o Conselho tenha  
1255 a segurança de saber que não está de maneira alguma dando uma chancela para  
1256 uma empresa que não tenha essa responsabilidade. Não é esse processo, não está  
1257 falando de barragem nesse processo, o aproveitamento aqui é de pilha de rejeito e  
1258 estéril, que está sendo licenciada. Então é outra história mesmo, é uma mudança,  
1259 uma mudança que é importante. O Tobias falou mais cedo das alterações, no Estado  
1260 de Minas Gerais, no comportamento das empresas de mineração, é uma mineração  
1261 cada vez menos impactante, menos arriscada em relação a isso. Temos construído  
1262 isso. Equipes técnicas da Supram, em Paracatu. A Supram Noroeste, em Unaí, tem  
1263 trabalhado com isso. Lá tem barragens importantes. Em Paracatu, tem uma  
1264 barragem muito importante, muito grande, muito importante. São duas. Tem uma  
1265 que é sensacional, eu acho que é a maior barragem de mineração de ouro do Brasil,  
1266 sem dúvida. Então tem o pessoal do Noroeste, pessoal do Norte, pessoal da Supram  
1267 Central, a Suppri, com isso, com esse cuidado. Feita essa preleção toda, nós  
1268 fizemos duas propostas. E aí, Tobias, nós vamos até orientar o pessoal da Sandra,  
1269 porque tem uma Portaria nova do IEF também. A Portaria 27 vale, a Portaria 55  
1270 vale, mas tem a Portaria 77, que transformou os processos em processos digitais.  
1271 Então já até alteramos nesse texto aqui e vamos tentar manter esse padrão. Jeiza,  
1272 você pode colocar aí para nós? Nós já mandamos, enquanto a Arcelor respondia. E  
1273 aí sugerimos, Yuri, da mesma forma, que já seja feita a alteração e vota já com a  
1274 alteração. A favor ou contra, mas já vota com a alteração. Então está aqui, Tobias.  
1275 Veja se você está de acordo. Compensação do Snuc, Portaria 55. ‘Apresentar o  
1276 protocolo referente ao pedido de compensação em atendimento ao artigo nº 36 da  
1277 Lei Federal 9.985, do Snuc, realizada nos termos das Portaria IEF nº 55/2012 e  
1278 77/2020.’ No prazo de 120 dias. É o mesmo. E a 4: ‘Apresentar o protocolo referente  
1279 ao pedido de compensação florestal (minerária) oriunda da supressão de uma área  
1280 de 23,62 hectares de vegetação nativa, em atendimento ao artigo 75 da Lei 20.922  
1281 de 2013, realizada nos termos das Portarias IEF nº 27/2017 e 77/2020. Prazo: 120  
1282 dias.’ Só a orientação das Portarias que o Tobias tinha pedido no princípio. Se  
1283 estiver tudo certinho, se tiver atendido, Tobias, já encerra aqui também.” Presidente  
1284 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Deu para entender, Rodrigo, é só mesmo

1285 adequação da norma e aumentou em relação ao processo híbrido, porque agora o  
1286 processo, parte dele, é digital. Mesmo ele sendo físico, parte agora, a entrega tem  
1287 que ser em meio digital. Alguma dúvida por parte do Conselho, alguma consideração  
1288 final? Vou colocar em votação.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu acredito  
1289 que aí é uma decisão mais interna da Suppri mesmo, só para tentar padronizar.  
1290 Porque cada um tem uma redação, e eu acho que isso fica desconfortável, toda vez  
1291 um trem diferente. Padronizando isso, manda para todo mundo, fica top.” Presidente  
1292 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Esse é o nosso objetivo aqui. Nós vamos justamente  
1293 isso. Só aproveitando aqui, depois pela Secretaria ou então junto com o Rodrigo,  
1294 trabalhamos da seguinte forma. Pega essas novas considerações que foram feitas,  
1295 e remetemos para a Suram, e a Suram replica isso para todas as Superintendências  
1296 para uniformizar.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Só me preocupa um  
1297 pouquinho sobre essa redação, Rodrigo, porque aí você já apresentou o protocolo  
1298 já feito, e talvez formalizar o processo, o prazo é de formalização do processo. Não  
1299 sei se o prazo correto é de entrega do protocolo. Me veio essa dúvida, mas aí é com  
1300 vocês.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “As Portarias já trazem quais são os  
1301 documentos para formalização do processo. O protocolo é o recebido dessa  
1302 formalização. Quando falamos Portaria 27, Portaria 55, já falam quais são os  
1303 documentos que têm que ser apresentados para formalizar. Você tem razão numa  
1304 preocupação, e nós vamos ter que pensar isso junto com o pessoal do GCA – a  
1305 gerente de lá é a Renata Denucci –, que é o protocolo digital, ele não passa pela  
1306 interpretação da equipe técnica anterior. Na Portaria 27 e a 55, quantos os  
1307 protocolos eram físicos, se chegava lá com um pacote de documentos e, se  
1308 estivesse incompleto, voltava para trás, não protocolava. E aí nós trazíamos isso  
1309 para dentro do processo. Quando falamos da Portaria 77, como o protocolo é digital,  
1310 o que acontece? Ele entra com o processo, abre o pedido do processo no SEI,  
1311 manda para a GCA e já tem o protocolo, abriu o processo no SEI. Talvez  
1312 precisemos, mais adiante – isso eu não posso prometer agora de maneira alguma,  
1313 porque precisamos sentar com a GCA –, de alterar esse padrão, para ter um  
1314 ‘recebido’ da GCA, por exemplo, dizendo ‘todos os documentos foram  
1315 apresentados’. Mas isso não podemos prometer agora. O que temos hoje é forçar o  
1316 protocolo do processo. Forçou o protocolo, ele abre o processo e passa a ser  
1317 devedor. Se ele por acaso não cumprir o Estado tem, inclusive, meios para inserir  
1318 na dívida ativa, se for o caso, ele passa a ser devedor daquela obrigação.  
1319 Lembrando que tanto a minerária quanto a ambiental são pecuniárias. E  
1320 pecuniárias, uma vez que ele passa a ser devedor, ele passa a não participar dos  
1321 processos públicos mais, ele tem uma série de restrições. Então por enquanto ainda  
1322 temos como forçar, sim, mas preferimos fazer o contrário, trazer um ‘de acordo’,  
1323 trazer uma declaração, por exemplo: ‘Apresentar declaração da GCA de que o  
1324 processo foi corretamente formalizado’. Talvez seja isso, ele já formaliza e já pede  
1325 a declaração.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Quando falamos ‘apresentar  
1326 protocolo’, ele pode apresentar aquele protocolo inicial do processo, e o processo  
1327 não formalizou. Eu ainda prefiro a palavra ‘formalizar’ perante a Gerência de

Compensação Ambiental, porque ele só vai formalizar, de fato, quando o processo estiver redondo. Você apresentar o protocolo, ele vai apresentar o protocolo simples talvez. Não?” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Não, hoje é sinônimo. Como hoje é sinônimo, essa é uma discussão que a GCA tem conosco também. Hoje ele traz o protocolo da formalização do processo. Nós temos que melhorar isso, mas, para melhorar, temos que talvez até mesmo melhorar numa orientação da GCA dizendo como é que vai sair. Por enquanto, eu não posso de prometer diferente.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Mas peço para manter isso no radar para equalizar isso.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Nesse PU, especificamente, eu não sei se você percebeu, as condicionantes vieram, e você está falando de condicionantes 3 e 4 da LP; no quadrinho é pedido: condicionantes da LP, condicionantes da LI, condicionantes da LO. Essas condicionantes 3 e 4 são da LP. E nas condicionantes da LO, condicionantes 8 e 9, tem lá ‘apresentar o termo de compromisso de compensação assinado junto ao IEF.’ Então nesse processo específico já amarramos lá na frente que ele tem que ter o termo de compromisso.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Rodrigo, primeiro eu gostaria de manifestar minha satisfação com sua volta às atividades. E eu toquei nesse assunto de barragem, apesar de não ser objeto de licenciamento, porque o Parecer Único fala que foi suspenso o reaproveitamento de resíduos. Eu entendo que esse reaproveitamento de resíduos, isso vai lá para a UTM, vai gerar um efluente, que vai para os filtros prensas e vai ser disposto em barragem. Por essa questão eu levantei a questão da estabilidade da bacia e do reaproveitamento desses resíduos. Mas, como está explicado, está parada a barragem, ninguém está mexendo, não está tirando, está tudo bem para mim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, senhores conselheiros. Eu vou colocar então em votação já com aquele destaque, aquela alteração lida pelo Rodrigo. Então em votação o item 8.1, ArcelorMittal Brasil S/A, Mina de Córrego Fundo. PA 00366/1990/040/2019.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo aprovado por 12 votos favoráveis.”

**9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Indústria de Calcário Inaê Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. Paracatu/MG. PA/SLA 3333/2021, ANM 831.122/1984. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, III, alínea b). Apresentação: Supram Noroeste.** Licença renovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Impedimento: ProMutuca. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Senhor presidente, eu vou me declarar impedido do processo do Calcário Inaê, de Paracatu, porque o Calcário Inaê foi patrocinador do Movimento Verde por um período, e, para não cometer o erro de votar favorável ou contra um empreendimento que foi parceiro do Mover, eu prefiro me declarar como impedido. Só uma observação, presidente. Faço isso porque eu me tornei o presidente do Movimento Verde. Então fica realmente complicado. Se eu fosse só um membro talvez não teria problema.”

**10)**



1371 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente  
1372 Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada  
1373 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1374

1375

1376

1377

1378

1379

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**